

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO” DE PRESIDENTE PRUDENTE**

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**O ENVELHECIMENTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UMA VISÃO DO
TRABALHADOR IDOSO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Delma Aparecida Santos Munhoz
Érica Aparecida Zulli Camacho
Fernanda Correa da Silva

Presidente Prudente/SP
2019

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO” DE PRESIDENTE PRUDENTE**

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**O ENVELHECIMENTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UMA VISÃO DO
TRABALHADOR IDOSO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Delma Aparecida Santos Munhoz
Érica Aparecida Zulli Camacho
Fernanda Correa da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial de
Conclusão de Curso para obtenção do
grau de Bacharel em Serviço Social, sob
orientação da Prof^a Silvana Malaman
Trevisan Dias Batista.

ENVELHECIMENTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UMA VISÃO DO TRABALHADOR IDOSO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Trabalho de Curso aprovado como
requisito parcial para obtenção do Grau
de Bacharel em Serviço Social.

Prof^a Ms. Silvana Malaman Trevisan Dias Batista

Ms. M^a. Elizabeth Soares Pinheiro Lourenção

Prof^o Ms. Pedro Augusto de Souza Brambilla

Presidente Prudente, 29 de novembro, 2019.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecemos a Deus, que é nossa fonte de fé, força e esperança.

Para nós o sentimento que define a realização desta pesquisa consiste em satisfação, pois nos permitiu conhecer pessoas idosas da qual não faziam parte de nossas vidas, nossos queridos entrevistados que com todo carinho e atenção, nos concedeu as entrevistas e possibilitou que este trabalho fosse possível de ser realizado. Pessoas incríveis e com histórias incríveis.

Agradecemos também aos nossos mestres que estiveram conosco durante esses quatro anos de aprendizado, cada um contribuiu de um jeito especial para nossa formação.

A Silvana Malaman Trevisan Dias Batista, nossa orientadora maravilhosa e querida, que tanto acreditou em nós e nos acompanhou nessa caminhada, orientou, estimulou e sempre acreditou na nossa capacidade.

Aos funcionários, a coordenação, a direção e principalmente aos fiéis Bedéis do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente, que sempre nos atendeu muito bem.

Às colegas de turma pela amizade.

Enfim, a todos que direto ou indiretamente sempre estiveram conosco nos apoiando de alguma forma.

Nossos sinceros agradecimentos.

Obrigada!

Delma, Érica e Fernanda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus e ao meu amigo Espírito Santo que tanto me ajudaram nessa longa caminhada; e a tornar possível a realização desse sonho.

Agradeço a minha mãe e irmão pelo amor, e sempre acreditar em mim, vocês são especiais em minha vida.

Agradeço em especial ao meu esposo, grande companheiro de luta diária, que não mediu esforços para que essa conquista acontecesse, me apoiou, incentivou, se sacrificou ao longo desses quatro anos, me deu forças em momentos que pensei em desistir, sonhou junto comigo, essa conquista é sua também.

Agradeço as minhas filhas preciosas, minhas razões de viver, minha esperança e motivação de nunca desistir, obrigada por não medirem esforços para esse sonho se realizar, obrigada por tantas vezes abrir mão da mamãe presente, ou por vezes assumirem papéis que eram meus, para permitir que eu avançasse, sem vocês essa vitória não teria chegado.

Aos familiares e amigos que tanto me apoiaram, incentivaram me levaram a crer que venceria, vocês deram luz em momentos escuros dessa trajetória.

Imensa gratidão a nossa orientadora Silvana Trevisan por seu apoio, paciência, pelas reflexões que foram fundamentais e principalmente por acreditar em nós.

Gratidão as minhas amigas e companheiras Érica e Fernanda nessa caminhada intensa, onde passamos por dificuldades, inseguranças, aprendizados e alegrias, chegamos ao final com certeza do dever cumprido, obrigada por tudo!

Por fim, mas não menos importante, deixo uma palavra de gratidão a todas as pessoas que de alguma forma me transmitiram força e me inspiraram.

Sonhar é vida e conquistar um sonho é uma dádiva de Deus, pois a vida é feita de esperança e motivos para sonhar e conquistar!

Delma

AGRADECIMENTOS

Á Deus em primeiro lugar, força maior que me deu forças necessárias para subir mais esse degrau em minha vida.

Aos meus pais, Darcy Zulli (*in memorian*) e Maria Luiza que me ensinaram com todo amor, carinho, respeito e dedicação as lições da vida, sou eternamente grata por tudo, vocês me ensinaram o sentido da vida. Obrigada por me manter forte todos os dias. O amor de vocês sempre será meu alicerce. Pai, teu corpo físico não está presente, mas levo você sempre no meu coração, você foi o melhor pai, obrigada por isso.

Ao meu esposo, Márcio, que durante todo esse tempo de graduação foi compreensivo e me deu forças para prosseguir, você faz parte dessa conquista, obrigada por todos os dias.

Aos meus familiares e amigos pela compreensão ao longo dos 4 anos de curso.

A professora orientadora Silvana Malaman Trevisan Batista, por todo apoio e confiança depositada em nós.

Aos professores do curso de serviço social Andréia Almeida, Eduardo Couto, Elizabeth Soares, José Arthur, Juliene Parrão, Luci Volpato, Pedro Brambilla, Silvia Manfrin, Valderes Romera, Vera Canhoto e Wilson Machado, por todo conhecimento transmitido através de aulas dedicadas e ricas de sabedoria e ao curso de serviço social do Centro Universitário Toledo Prudente, que é um curso de vida.

As minhas amigas Delma e Fernanda parceiras do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que ao longo da graduação foram essenciais para que eu continuasse nessa caminhada, obrigada pela força diária meninas!

A minha supervisora de estágio, Fatima Elisabete Rota, por contribuir com a minha formação.

Érica

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por me sustentar e permitir concluir mais uma etapa na minha vida.

Agradeço aos meus pais José Esmeraldo e Suleide, que são tudo na minha vida e que sempre estiveram ao meu lado me apoiando. A minha querida irmã Suelen sempre disposta a me ajudar no que eu precisasse.

Um agradecimento especial ao meu esposo e companheiro Pleyson, que sempre esteve ao meu lado no percurso acadêmico me motivando e apoiando para que esta formação acontecesse. Obrigada amor, por tantos momentos em que eu não tinha mais forças e você me reergueu com palavras e atitudes. Agradeço também a minha querida sogra Marlene que em várias vezes me apoiou e me transmitiu palavras de motivação.

Agradeço de coração a minha queridíssima supervisora de estágio, Suely Zambelli que não mediu esforços para eu estagiar na Penitenciária de Martinópolis, sem você nada teria acontecido, também sou extremamente grata a assistente social Rosenilda Santana que tanto me transmitiu seus conhecimentos e me ajudou, gratidão é o que resume.

Agradeço as minhas queridas amigas Delma e Erica que estiveram comigo nesta grande caminhada, obrigada por me fortalecer quando eu achava que não iria conseguir. Gratidão a nossa orientadora Silvana Malaman, excelente pessoa e profissional pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo.

A equipe Toledo meu eterno agradecimento, muito obrigada a todos.

Enfim agradeço a todos amigos que participaram desse momento comigo, diretamente ou indiretamente, são várias pessoas que sempre me ergueram quando eu precisei.

Fernanda

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo principal analisar o envelhecimento na sociedade contemporânea, através de uma visão do trabalhador idoso inserido no mercado de trabalho no município de Presidente Prudente. O interesse por discutir o tema surgiu através de reflexões construídas em sala de aula sobre a população idosa, o que nos levou a observar que devido ao elevado índice de envelhecimento populacional esta população ainda se encontra ativa no mercado de trabalho. A pesquisa teve como eixo norteador a construção sócio histórica a respeito da velhice e posteriormente buscou-se enfatizar como as transformações no mundo do trabalho impactaram a vida do trabalhador idoso e brevemente como se efetivou o arcabouço jurídico a respeito das garantias de direitos dos idosos. E por fim, apresentar uma análise com entrevistados do município para entender a realidade em que esses sujeitos estão inseridos, através do materialismo histórico dialético. Para alcançar os resultados almejados utilizou-se a metodologia snowball ou “bola de neve” com pesquisa de campo realizada através de entrevista estruturada com perguntas abertas e fechadas, contando também com referencial bibliográfico e eletrônico.

Palavras-chave: Idoso. Mercado de Trabalho. Envelhecimento. Contemporaneidade. Serviço Social. Presidente Prudente.

ABSTRACT

The aim of this Course Conclusion Paper is to analyze aging in contemporary society, through a view of the elderly worker inserted in the labor market in the city of Presidente Prudente. The interest to discuss the theme arose through reflections built in the classroom about the elderly population, which led us to observe that due to the high rate of population aging this population is still active in the labor market. The research had as its guiding axis the socio-historical construction about old age and subsequently sought to emphasize how changes in the world of work impacted the life of the elderly worker and briefly how the legal framework regarding the rights of the elderly was implemented. And finally, present an analysis with interviewees from the municipality to understand the reality in which these subjects are inserted, through dialectical historical materialism. To achieve the desired results, we used the methodology snowball or "snowball" with field research conducted through structured interviews with open and closed questions, also relying on bibliographic and electronic reference.

Palavras-chave: Old Man. Labor Market. Aging. Contemporaneity. Social Service. Presidente Prudente.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social

EC – Emenda Constitucional

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IAPAS – Instituto de Administração Financeira de Previdência e Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPS – Instituto Nacional da Previdência Social

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNI – Política Nacional do Idoso

RGPS – Regime Geral da Previdência Social

SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia

SUS – Sistema Único de Saúde

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS E QUADROS

FIGURAS

FIGURA 01 – Emendas Constitucionais.....	54
FIGURA 02 – Mapa Situando o Município de Presidente Prudente	57

GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Expectativa de Envelhecimento	23
GRÁFICO 02 – Ranking dos Maiores Crescimentos entre os Quinquênios de 1985 a 1990 e 2015 a 2020.....	23
GRÁFICO 03 – Escolaridade dos 21 idosos no Município de Presidente Prudente	40
GRÁFICO 04 – Situação Ocupacional	41
GRÁFICO 05 – Impactos das Mudanças Tecnológicas	42
GRÁFICO 06 – Conhecimento do Estatuto do Idoso	49
GRÁFICO 07 – Eficácia do Estatuto do Idoso.....	49
GRÁFICO 08 – Melhoria das Políticas Públicas.....	50
GRÁFICO 09 – Quantidade de Pessoas por Idade no Município de Presidente Prudente no Ano de 2010	59
GRÁFICO 10 – Sexo.....	61
GRÁFICO 11 – Estado Civil	61
GRÁFICO 12 – Tipo de Benefício	62
GRÁFICO 13 – Renda	63
GRÁFICO 14 – Profissão	64
GRÁFICO 15 – Motivo de Inserção no Mercado de Trabalho.....	65
GRÁFICO 16 – Permanência no Trabalho Atual.....	66
GRÁFICO 17 – Identificação com o Trabalho	66
GRÁFICO 18 – Campo Desejado de Trabalho	66
GRÁFICO 19 – Desafio para Permanência no Mercado de Trabalho.....	67
GRÁFICO 20 – Significado do Trabalho	68
GRÁFICO 21 – Significado de Não Trabalhar.....	70
GRÁFICO 22 – Projetos de Vida Para Além do Trabalho	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFLEXÕES SOBRE A VELHICE	15
2.1 Significados Atribuídos a Pessoa Idosa: Velho, Idoso ou Terceira Idade?	15
2.2 Expectativa de Vida e Envelhecimento da População Idosa no Brasil	18
2.3 A Construção Sócio Histórica da Velhice.....	23
3. AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E OS IMPACTOS NA VIDA DO IDOSO	28
3.1 O Trabalho Como Categoria Fundante	28
3.2 As Transformações no Mundo do Trabalho na Contemporaneidade.....	31
3.3 Os Impactos das Transformações no Mundo do Trabalho na Vida do Trabalhador Idoso	40
4. OS IDOSOS E AS GARANTIAS DE DIREITOS	43
4.1 A Constituição Federal de 1988	43
4.2 A Política Nacional do Idoso	45
4.3 O Estatuto do Idoso	46
4.4 Surgimento da Previdência Social e Seguridade Social.....	49
4.5 O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	52
4.6 Previdência Social: Alterações após a Constituição Federal de 1998	52
4.7 A Reforma da Previdência de 2019	54
5 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE	56
5.1 Características Gerais da População	57
5.2 Economia do Município de Presidente Prudente.....	59
6 A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO DE PRESIDENTE PRUDENTE	60
7 CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE	77
Apêndice A – Instrumental para Entrevista	79

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar o envelhecimento na sociedade contemporânea, através de uma visão do trabalhador idoso no município de Presidente Prudente. O interesse por discutir o tema surgiu a partir de estudos realizados em sala de aula sobre o tema idoso, o que nos levou a observar que mesmo com o elevado índice de envelhecimento populacional está população ainda se encontra ativa no mercado de trabalho.

Considerando que as mudanças tecnológicas, decorrentes do modo de produção capitalista, vem modificando gradativamente a sociedade contemporânea e conseqüentemente o mundo do trabalho, o estudo pretende verificar como estes impactos refletem em uma parcela de trabalhadores idosos que se encontram ativos no mercado de trabalho de Presidente Prudente. Assim, foram entrevistados 21 idosos de ambos os sexos inseridos no mercado de trabalho no município de Presidente Prudente, com profissões variadas, grau de escolaridade e níveis de renda também diversificados, dentre outros fatores fundamentais para a compreensão deles frente ao mercado de trabalho.

Para alcançar os resultados almejados utilizou-se a metodologia snowball ou “bola de neve” que consiste em uma forma de amostra não probabilística, que se utiliza de cadeias de referências. Esse tipo específico de amostragem não determina a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas se torna útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. Tal técnica permite que o indivíduo selecionado para estudo convide novos participantes da sua rede de amigos ou conhecidos para o mesmo objetivo a ser analisado. Assim, o nome “bola de neve” provém da ideia de que do mesmo modo que uma bola de neve aumenta seu tamanho à medida que rola ladeira abaixo, utilizando-se esta metodologia de estudo, ela cresce à medida que os indivíduos selecionados convidam novos participantes.

O primeiro passo no método de amostragem em bola de neve é de encontrar indivíduos pertencentes a população alvo do estudo. Esses indivíduos vão ser a semente da amostra, aqueles que darão origem a todos os indivíduos amostrados. Este é um passo muito importante, pois se essa semente não for bem selecionada a amostra não conseguirá atingir toda a variabilidade da população, na

maioria dos casos as sementes costumam ser as pessoas mais acessíveis aos pesquisadores.

A partir da semente começa o processo da bola de neve, inicia-se o processo pedindo a cada semente que indique o contato de outros indivíduos que eles consideram ser membros do mesmo público alvo e o processo segue até que o tamanho de amostra desejado seja alcançado. Acontece dessa forma porque inicialmente é impossível, uma amostra probabilística e desse modo as sementes ajudam o pesquisador a iniciar a pesquisa e a ter acesso ao grupo que será pesquisado. Nesse tipo de pesquisa, uma das vantagens é o fato de que os entrevistados são recrutados pelas informantes sementes, a partir de suas relações pessoais, pessoas dispostas a indicar novos contatos, o que gera uma confiabilidade ao entrevistador.

Nesse tipo de amostragem, snowball ou “bola de neve”, minimiza um dilema ético, pois como existe um intermediador, entre o pesquisador e o universo a ser pesquisado, sendo esse da mesma rede de contatos do intermediador, caso não queira participar da pesquisa não gera um constrangimento a nenhuma das partes, sendo a recusa de forma mais discreta, haja vista que existe uma pessoa intermediando a situação. Dentro desse contexto a pesquisa transcorre de forma gradual, confiável e confortável para ambos.

Assim foi realizada pesquisa de campo qualitativa através de entrevista estruturada com perguntas abertas e fechadas. Além da metodologia citada o presente estudo utilizou como método o materialismo histórico dialético, contando também com referencial bibliográfico e eletrônico.

O primeiro capítulo apresenta reflexões a respeito da velhice, contextualizando os significados atribuídos a pessoa idosa ao longo dos séculos, tais como o conceito de velho, idoso e terceira idade. Apresentando também a expectativa de vida e envelhecimento da população idosa no Brasil. Posteriormente aborda a construção socio histórica da velhice, a evolução devido as tecnologias, acerca do envelhecimento e evidencia as transformações no mundo contemporâneo que afetaram a cultura, a medicina, a expectativa de vida e que trouxeram rebatimentos na vida da população idosa.

O segundo capítulo descreve as transformações no mundo do trabalho e os impactos na vida do idoso, partindo da ontologia lukacsiana de que o trabalho é a categoria fundante do ser humano. Em seguida, expõe as transformações no

mundo do trabalho na contemporaneidade, contextualizando o processo de modificação do trabalho e de organização do sistema de produção capitalista, do qual é alterado devido as mudanças tecnológicas. O estudo apresenta ainda os impactos dessas transformações no mundo do trabalho na vida do trabalhador idoso.

O terceiro capítulo explana sobre a garantia de direitos da população idosa, abordando a legislação vigente como: a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso sob Lei nº 10.741/2003, o surgimento da Previdência Social e Seguridade Social, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a Previdência Social e expõe algumas considerações no ano de 2019 a respeito da Reforma da Previdência Social.

O quarto capítulo descreve um breve histórico do município de Presidente Prudente e exhibe algumas características gerais da população segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Por fim, o quinto e último capítulo apresenta os dados coletados e as análises da pesquisa realizada com os 21 idosos trabalhadores no município de Presidente Prudente.

2 REFLEXÕES SOBRE A VELHICE

2.1 Significados Atribuídos a Pessoa Idosa: Velho, Idoso ou Terceira Idade?

Em diversos países do mundo a parcela mais velha da população tem registrado crescimento acelerado, o que antes era uma particularidade somente dos países desenvolvidos, hoje também se apresenta como uma característica nos países subdesenvolvidos. No Brasil, os idosos são legalmente classificados como aqueles que possuem idade a partir de 60 anos e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dentre os anos de 2012 e 2017 a quantidade dessa população aumentou em 18% e ultrapassou em 05 anos mais de 30 milhões de pessoas.

As várias mudanças demográficas que ocorreram na sociedade brasileira na década de 1970 resultaram na crescente expectativa de vida da população, contribuindo assim para o aumento demográfico do número de idosos. Considerado um dos períodos do ciclo da vida do ser humano, envelhecer consiste um processo decorrente do avanço da idade cronológica, em que resultam modificações biopsicossociais que afetarão as relações do indivíduo com seu contexto social.

Sobre a velhice, Beauvoir (1990, p.15), descreve que:

Ela é um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. A velhice acarreta, ainda, consequências psicológicas: certos comportamentos são considerados, com razão, como característicos da idade avançada. Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história. Por outro lado, o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence.

Entender o conceito de velho é compreender que a velhice percorreu diversas épocas, resultando assim de uma construção social e histórica. No transcorrer do período da Idade Antiga para as Idades Média e Moderna, até a contemporaneidade o termo velhice adquiriu amplos sentidos que foram determinados pelos meios sociais vivenciados em cada período histórico. Debert (1998) explica que é necessário distinguir entre o fato natural, composto pelas fases de vida do ser humano: nascimento, crescimento e a morte; e o universal:

compreendendo a organização da sociedade e o processo histórico em que o envelhecimento foi reproduzido. Desta forma, o posicionamento em uma determinada sociedade sobre a velhice, o momento em que o indivíduo é considerado velho, bem como sua posição social e a maneira como é tratado pela sociedade são fatores que determinarão o conceito de velho nos diversos contextos sociais, culturais e históricos.

Nesse sentido cabe ressaltar a categoria idade, a mesma representa uma classificação dos sujeitos na sociedade, pois construída histórica e socialmente está relacionada com o processo de ordenamento social. O historiador Philippe Ariès (1981), em seu livro *História Social da Criança e da Família*, contextualiza um dos clássicos estudos sobre a construção social das categorias de idade. O autor relata que na Idade Média não havia distinção da infância com o mundo adulto, a criança não era vista como uma categoria, as mesmas eram misturadas aos jovens, adultos e velhos e participavam das mesmas brincadeiras e jogos. A partir do momento que sua capacidade física e idade permitissem as crianças também participavam do trabalho como se fossem adultas, não havendo qualquer oposição a este fato. Ao longo dos séculos a noção de infância foi sendo estabelecida e a criança passou a ser tratada como uma categoria, as roupas, brincadeiras e jogos foram sendo adequados e criaram-se instituições como a escola, para o preparo da população infantil para a fase adulta.

George Duby (1973) apud Debert (1998) descreve que na França do século XII surge uma nova categoria, denominada de “juventude”, esta marcava a saída do período da infância e a preparação para o casamento. Esta fase não era uma questão de idade biológica, mas era o momento em que o jovem aguardava o momento de se casar e substituir os pais frente ao patrimônio familiar.

Desta forma, segundo Bourdieu (1983) apud Debert (1998) a categoria velhice, bem como a infância e a juventude não representam apenas características biológicas dos indivíduos ao longo dos anos, mas envolvem lutas políticas, ligadas a redefinição de poderes e grupos sociais distintos nos diversos momentos do ciclo da vida. Cabe ressaltar que a construção social das categorias de idade e suas diversas mudanças ao longo dos anos, legitimam em nossa sociedade direito e deveres à medida que os recortes são estabelecidos. A definição de idade para o período escolar para a votação ou ingresso no mercado de trabalho materializa a organização no meio social, o Estado Moderno passa a institucionalizar o percurso

da vida do sujeito, alterando a conjuntura conforme as necessidades econômicas, Debert (2004, p.51) explica que:

A padronização da infância, adolescência, idade adulta e velhice, pode ser pensada como resposta às mudanças estruturais na economia, devidas sobretudo à transição de uma economia para outra, baseada no mercado de trabalho. Inversamente, a ênfase pode ser dada ao Estado Moderno que – no processo de transformação de questões que diziam respeito à esfera privada e familiar em problemas de ordem pública – seria, por excelência, a instituição que orienta o curso da vida, regulamentando todas as suas etapas, desde o momento do nascimento até a morte, passando pelo sistema complexo de etapas de escolarização, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria.

Peixoto (1998) apud Kachar (2003, p.25) relata que é na França do século XIX que surge o termo velhice, com o intuito de definir o perfil dos sujeitos com idade avançada e “sem bens ou condições econômicas para seu sustento de vida, os indigentes ou asilados”. Neste período de desenvolvimento capitalista os sujeitos não produtivos eram considerados incapazes, pobres e inválidos e a velhice era sua principal característica. Neste contexto, a velhice da classe operária passa a ser constituída como um problema social, porém, aos velhos que possuíam condições financeiras relevantes, estes eram denominados de idosos.

Barreto (1992, p.25) relata que:

No mundo capitalista, vale o que produz: o velho é visto como menos produtivo, sendo providenciada sua substituição pelos mais jovens. A lei de oferta e procura, incidindo sobre a força de trabalho (uma mercadoria a mais), desvaloriza o idoso.

Na metade do século XIX, legisladores sociais já discursavam sobre a velhice, o que resultou na criação de instituições específicas, como as caixas de aposentadoria para a velhice e especialização em hospícios e asilos para os velhos. Porém, é com a formação de novos saberes médicos que se debruçaram a estudar o envelhecimento, resultando na geriatria e gerontologia e a instalação dos regimes de aposentadoria que a problemática se insere no campo político administrativo. Os custos gerados para manutenção da velhice e as pensões pagas pelo Estado passam a ser avaliados, diversos especialistas dentre eles psicólogos e economistas passaram a analisar a questão do envelhecimento e as necessidades dos aposentados. Diante deste novo cenário, o termo velho que era visto como algo excludente passa a ser substituído pelo termo idoso, sendo este caracterizado como

um sujeito de respeito, sem discriminação pela condição social e econômica. Kachar (2003, p.26) salienta que novas mudanças ocorrem surgindo assim a categoria aposentado, do qual o idoso passou a “receber apoio financeiro do Estado, ganhando um tempo de ociosidade para aplicar no que lhe melhor convier”.

Com a reorganização do sistema de aposentadoria, a substituição dos termos de tratamento a velhice e a inserção da geriatria e gerontologia, uma nova velhice foi estabelecida, a chamada “terceira idade”.

Associada a imagem de uma velhice bem-sucedida, o termo terceira idade foi criado na França em 1962 quando o país introduziu uma política de integração social, com o objetivo de transformar a imagem da velhice, o que resultou na separação de jovens velhos e mais velhos. Além disso, o termo também foi utilizado por agentes envolvidos na gestão cultural e psicológica da velhice, estabelecendo novas formas, mecanismos e atividades para essa nova etapa da vida. A faixa etária para este conceito corresponde aos indivíduos entre 60 e 80 anos de idade e traz consigo o cuidado com a saúde de forma ampla, com intuito de pensar em um envelhecimento com mais qualidade de vida.

A terceira idade tem como foco a supervalorização da juventude, o que acarreta a preocupação em excesso com a aparência e o corpo saudável e jovial, fatores impostos pela política e também pela mídia que diluem o processo natural de envelhecimento, contribuindo assim para que o sistema capitalista lucre com a oferta de produtos de beleza e juventude.

2.2 Expectativa de Vida e Envelhecimento da População Idosa no Brasil

Os estudos sobre o processo de envelhecimento segundo Neri (1997), se iniciaram a partir dos séculos XVII e XVIII, e mais ainda a serem divulgados amplamente quase no final do século XIX, por conta do envelhecimento populacional; Na década de 50 as investigações teóricas e do dia a dia se consolidam a respeito da velhice, haja vista que o envelhecimento populacional favorece para alterar as composições familiares, a forma de assistência da previdência, a área da saúde, a forma de consumo, o mercado de trabalho entre outros condicionantes sociais, que serão destacadas ao longo do trabalho.

Aproximadamente em 2050 a expectativa de vida nos países desenvolvidos será de 87,5 anos para homens e 92,5 para as mulheres, já nos

países em desenvolvimento, como o caso brasileiro será de 82 anos para homens e 86 anos para mulheres. No Brasil atualmente a expectativa é de 76 anos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2017). Nos últimos 77 anos a expectativa de vida do brasileiro aumentou 30,5 anos de acordo com dados do IBGE (2017). Em 1940 a expectativa de vida era de 45,5 anos, sendo 42,9 anos para homens e 48,3 anos para mulheres. Dentro dessa perspectiva podemos analisar que o mundo e a esfera do trabalho sofrem alterações devido a expectativa de vida da população mundial.

Segundo Lopes (2000), envelhecer bem está diretamente relacionado à promoção de boa qualidade de vida na idade madura e deve ser vista como uma responsabilidade sociocultural. Segundo a mesma, esse bem-estar pode ser medido através de indicadores como a longevidade, saúde biológica, saúde mental, satisfação, controle cognitivo, competência social, produtividade, atividade, eficácia cognitiva, status social, renda e continuidade de relações informais em grupos primários (principalmente rede de amigos). As políticas sociais, dentro deste âmbito, devem interferir ativamente na saúde, educação, no planejamento de ambientes de trabalho, nos espaços urbanos, no sistema de seguridade social e no modelo de profissionais que lidam direta e indiretamente com esse tema.

Ainda segundo Lopes (2000) ressalta que essa é uma conquista positiva nos termos referentes à qualidade de vida. Maior acesso à saúde significa maior longevidade, porém, esse processo alerta para novas demandas e atenções em setores relativos ao lazer, médico, psicológico e previdência, entre outros.

Dentro desse crescimento do número de idosos, observa-se a feminização do envelhecimento, que já era apontado em 1988, conforme destacado por Lopes (2000, p.12):

Desde 1950 às mulheres tem correspondido maior esperança de vida ao nascer, ou seja, lhes tem cabido um maior número de anos por viver. Em 1980, enquanto era de 59 anos a esperança de vida para homens, às mulheres correspondia 65 anos, ou seja, chance de viver 6 anos a mais que os homens. Em 1991, esta diferença cresceu para 7 anos. Projeções para 2010 e 2020 mantêm uma diferença em torno de 6 anos.

No que se diz respeito à concentração demográfica dos idosos, a presença de idosos do sexo feminino é mais acentuada em áreas urbanas. Lopes (2000) expõe que 82% das idosas vivem em cidades. A migração do campo para a cidade (que oferece mais qualidade de vida e o acesso mais fácil à saúde) e a maior

mortalidade masculina explica o motivo dessa concentração. Com mais idoso na cidade, atenua-se a necessidade de adaptação dos serviços e recursos para atendimento dessa demanda específica. Conforme Lopes (2000), o cenário brasileiro para os idosos nos coloca diante de condições relacionadas à pobreza, o que leva à necessidade de reflexão em relação ao acesso à saúde e de políticas específicas para o idoso, que levem o mesmo a desfrutar uma idade avançada com dignidade.

No processo de envelhecimento algumas alterações são naturais e gradativas como: mudanças físicas, psicológicas e sociais. Sendo importante ressaltar que são transformações gerais, de acordo com a idade, características genéticas de cada indivíduo, e o modo de vida de cada um.

Alguns fatores que podem retardar ou minimizar os efeitos da passagem do tempo: a prática de exercícios físicos, a exposição moderada ao sol, controle do estresse, a estimulação mental, o apoio psicológico, a atitude positiva perante a vida e ao envelhecimento.

Segundo Zimerman (2005), com o avanço farmacológico, a melhoria nas condições de vida, maior preocupação com a prevenção de doenças, a alimentação e a prática de exercícios físicos, nota-se que o envelhecimento está acontecendo em idade mais avançada.

Com o passar dos anos, o desgaste é inevitável e envelhecer não é doença, mas se caracteriza por um dos momentos em que o indivíduo se encontra mais frágil e o segredo do bem-viver é aprender a conviver com essas limitações. Conviver é entender, aceitar e lutar para que esses problemas sejam diminuídos com bons hábitos, participação em grupos, exercícios e bem-estar.

De acordo com Zimerman (2005), à medida que as pessoas vivem mais, a tecnologia avança a passos largos e os meios de comunicação bombardeiam com fatos e dados, as mudanças acontecem rapidamente, as distancias aumentam a cada dia, a vida cada vez mais agitada, o tempo cada vez menor, e as condições econômicas mais difíceis, a sociedade passa por grandes modificações, isso tudo se exige uma flexibilidade e capacidade de adaptação da população idosa.

O aumento do número de idosos no Brasil, até a pouco era considerado um país de jovens, começa a dar lugar a uma sociedade diferente e traz a consciência de que a velhice existe e é uma questão social que pede uma atenção grande. Alguns aspectos sociais a serem destacados são:

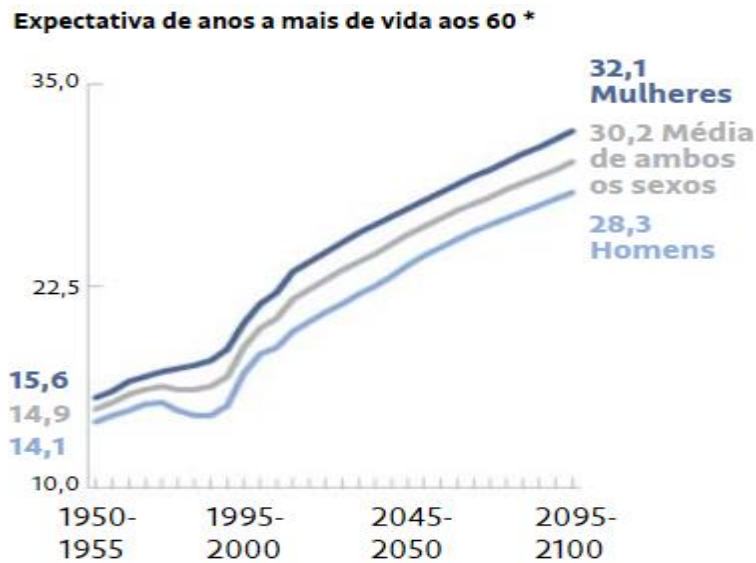
- Crise de identidade, provocada pela falta de papel social, o que os leva a uma perda de autoestima;
- Mudanças de papéis, na família, trabalho, sociedade.
- Aumento de seu tempo de vida, que levará a se adequar a novos papéis.
- Perdas diversas, que vão da condição econômica ao poder de decisão, a perda de parentes e amigos, independência e da autoestima.

Em relação aos aspectos psicológicos pode resultar em: falta de motivação e dificuldade de planejar o futuro, alterações psíquicas que exigem tratamento, necessidade de trabalhar as perdas orgânicas, afetivas e sociais, depressão, dificuldade a se adaptar a mudanças.

Assim como as características físicas do envelhecimento, as de caráter psicológico também estão relacionadas com a hereditariedade, com a história e com a atitude de cada indivíduo, as pessoas mais otimistas e saudáveis têm mais condições de se adaptarem as transformações trazidas pelo envelhecimento, e estão mais propensas a verem o processo de envelhecimento como um tempo de experiência acumulada, maturidade, de liberdade para assumir novas situações e ocupações.

A Folha de São Paulo, em matéria publicada em março de 2019 ressalta ainda mais a tendência apontada até então. Conforme a mesma, com base em dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), a expectativa de vida, até 1980 era de 76 anos, passou a ser de 82, um salto de 37%, como já mencionado anteriormente.

GRÁFICO 1 - Expectativa de Envelhecimento

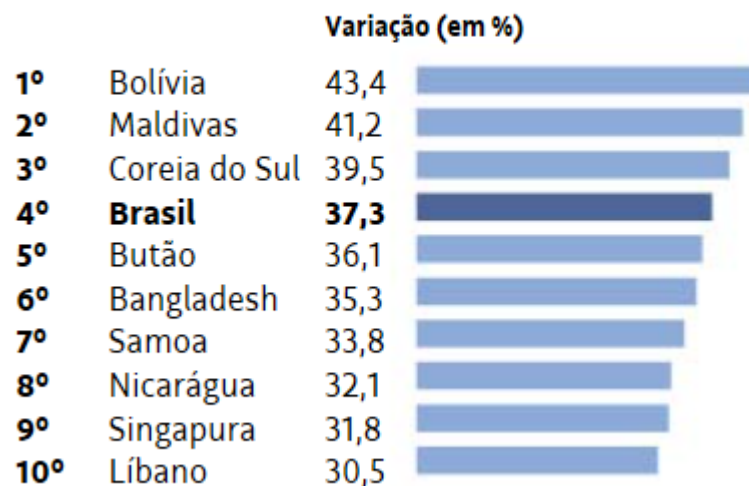


Fonte: Folha de São Paulo, Março/ 2019.

O Brasil se destaca como o 4º país em que essa expectativa mais aumentou, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 - Ranking dos Maiores Crescimentos entre os Quinquênios de 1985 a 1990 e 2015 a 2020

Ranking dos maiores crescimentos entre os quinquênios de 1985 a 1990 e 2015 a 2020*



Fonte: Folha de São Paulo, Março/ 2019.

Atualmente a Organização das Nações Unidas 2019 (ONU) considera que o período que abrange de 1975 a 2025 é conhecido como a “Era do

Envelhecimento” em decorrência do acelerado crescimento da população idosa, o que requer atenções especiais de diversos setores da sociedade, para que o idoso não seja visto como um “problema social” mas que ele seja protagonista de sua própria vida e que tenha autonomia de escolhas, que não seja descartado como um produto que não tem mais utilidade na sociedade e que possa usufruir de seus direitos como cidadão e tudo que diz respeito a qualidade de vida.

Diante do exposto, vários fatores aumentaram a longevidade dos idosos, como os avanços na medicina, tecnologia, mudanças de hábitos, melhorias sanitárias e maior acesso a serviços de saúde tem elevado, fazendo com que essa população apresente um grande índice de crescimento no Brasil.

2.3 A Construção Sócio Histórica da Velhice

Como já esboçado anteriormente o processo de envelhecimento é uma construção social permeada por diversos condicionantes, tanto biológicas, fisiológicas e sociais que foram se alterando ao longo dos anos. Dessa forma, se faz necessário analisar o processo de envelhecimento com uma visão que enfoque o contexto geral, pois não podemos correr o risco de analisar isoladamente apenas alguns simples fatores. Para isso, necessitamos analisar uma complexa cadeia de condicionantes sociais, políticos, econômicos e culturais.

Nesse primeiro momento iremos abordar de forma sucinta a ideologia cultural capitalista no Brasil. De acordo com o pensamento de Chauí (2004, p.231) a cultura é entendida como:

Modo de vida global de uma sociedade, incluindo religião, formas de poder, formas de parentesco, formas de comunicação, organização da vida econômica, artes, técnicas, costumes, crenças, formas de pensamento e de comportamento etc.

Nesse contexto, entendemos cultura como tudo aquilo que a mente humana é capaz de produzir, desde o início dos povos a cultura está inserida, por diversas representatividades como crenças, leis, as religiões, os valores morais e éticos, em todo o sistema social a cultura está presente.

Antigamente nas sociedades antecedentes ao capitalismo a forma de enxergar as pessoas mais velhas possuía outro enfoque, elas possuíam certo grau

de importância, ao seu redor se colocavam as decisões de liderança, os conselhos, cargos políticos importantes, como era o caso da sociedade romana onde os anciãos ocupavam posição de destaque na sociedade. Na sociedade oriental os anciãos também ocupavam posição de grande prestígio, pois associava longevidade e sabedoria aliada à sua vasta experiência de vida.

Povos como os Hebreus também são referência no tratamento dispensado aos anciãos. Existem relatos inclusive da história de Matusalém que é considerado o homem mais velho que já viveu, com seus 969 anos bem vividos. Naquela cultura, dos tempos bíblicos a longevidade era sinal da benção de Deus, e o patriarca ancião detinha prestígio e poder.

No oriente, as pessoas idosas ou anciãs também ocupam seu lugar de destaque, como por exemplo, na China e no Japão essa faixa etária da vida é reverenciada com respeito e os idosos são tidos como sábios e ótimos conselheiros. Esse tipo de tratamento faz parte da tradição milenar de honrar aos mais velhos.

Porém essa forma de enxergar aos mais velhos vem sendo alterada com o passar dos anos. Desde a antiguidade a velhice era associada a sabedoria como mencionamos, no entanto, com a chegada da modernidade essa forma de interpretar a velhice foi sendo alterada e o encanto que unia sabedoria e velhice foi se perdendo, o que se agravou ainda mais com a chegada do capitalismo no mundo. No entanto os registros históricos nos mostram que cada tipo de sociedade constrói sua grade de idade, de acordo com cada etapa da civilização e tempo específico. Ainda de acordo com o pensamento de Debert (1998, p.08):

trata-se de ressaltar, em primeiro lugar, que as representações sobre a velhice, a idade a partir da qual os indivíduos são considerados velhos, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos.

De acordo com Freyre (1990) a sociedade brasileira que sai do modelo patriarcal para um modelo urbano traz consigo diversos impactos na família, alterando desse modo a composição familiar brasileira, saindo de uma família numerosa, rural e extensa, onde o patriarca detinha todo o poder de mando e prestígio social passando dessa forma à família urbana, nuclear e com diminuição do seu tamanho, e com novos papéis sociais destinados a pessoa idosa.

Com a chegada do modo de produção capitalista o mundo passa-se a olhar a pessoa idosa de uma forma diferente e após a revolução industrial, inicia-se

uma troca de valores e a forma de enxergar a pessoa idosa começa a se alterar, o que antes era tido como sabedoria e prestígio passa a dar lugar a exclusão e marginalização, pois passam a valorizar o homem pela sua capacidade de produzir, o que ocupa papel central no capitalismo, nessa perspectiva o trabalho ocupa o papel mais importante. Nesse contexto o homem só possui valor se encarnado o papel de trabalhador, aquele que constrói coisas, que produz mercadorias, para Lamamoto e Carvalho (1998 p.17) o que significa dizer que:

O modo de produzir os meios de vida refere-se não só a reprodução física dos indivíduos, mas à reprodução de um determinado modo de vida. A produção da própria vida no trabalho e da alheia na procriação dá-se numa relação natural e social; social no sentido de que compreende a cooperação de muitos indivíduos.

Essa forma de reprodução traz impactos na vida da família, pois quando esse indivíduo perde a sua força de trabalho devido ao acúmulo de idade e desgaste físico, a pessoa idosa perde de certa forma seu “papel social”, sua função dentro da família é alterada, trazendo impactos na sua vida e na dinâmica da família. Então essas transformações que foram acontecendo ao longo da história, alteram o modo de vida da sociedade brasileira, e o olhar destinado aos idosos; principalmente no âmbito familiar.

Dessa forma, podemos perceber que ao longo da história existem ciclos, ou períodos da civilização que por vezes valorizam-se os idosos e em outros momentos há desvalorização, deixando assim fissurada a relações entre jovens e os idosos. E toda essa forma de se relacionar e enxergar os idosos tem rebatimentos na cultura.

Debert (1998, p.18) nos traz que na sociedade ocidental, como é o nosso caso a idade cronológica é imposta por uma estrutura cultural, que não depende de funcionamento biológico, ou de razão, ou seja, a idade cronológica não está atrelada a ritos de passagem, ou provas que coloquem em xeque a maturidade, mas que a idade está atrelada às leis que determinam os deveres e direitos dos cidadãos.

Uma forma de vida, em que a idade cronológica era praticamente irrelevante foi suplantada por outra, em que a idade é uma dimensão fundamental na organização social. “Estágios da vida são claramente definidos e separados e as fronteiras entre eles mais estritamente organizadas pela idade cronológica. (DEBERT 1998, p.18)

Essa forma de organização social segundo Debert (1998) está presente em todas as extensões da vida, desde o nascimento até a morte, tanto familiar quanto do mundo do trabalho, na educação, no consumo, na aposentadoria e principalmente na formulação de políticas públicas que focalizam o atendimento de acordo com os recortes etários.

Ou seja, o parâmetro idade cronológica está presente em todos os sentidos da vida e influenciando toda nossa forma de viver, independente do tipo de sociedade o recorte sobre a velhice é permeada por condições sociais, sendo vivida de forma peculiar em cada tipo de sociedade, considerando toda sua forma de organização e cultura.

Ainda existem culturas que mantêm condutas negativas, alguma explícita e outras apresentadas inconscientemente em relação ao idoso. Nos dias atuais a população idosa como já dito anteriormente vem aumentando significativamente, sendo responsável inclusive por movimentar setores da economia, como turismo e rede de serviços específicos para a idade.

Lopes (2000) ressalta que já houve um tempo em que o idoso foi tratado como cliente de menor importância, mas é um fato que está sendo alterado, pois o mercado financeiro já percebeu que a nova realidade do Brasil é que teremos mais idosos consumindo, segundo a projeção de dados do IBGE (2018) é que em 2025 teremos uma população total de 10.734.491 pessoas na faixa etária de 60 a 64 anos no país, considerando apenas essa faixa de idade, se considerarmos no contexto geral seremos a sexta maior população de idosos no mundo, o que por si só já demonstra muita coisa.

O modelo cultural que prioriza o jovem não é mais unanimidade, porém ainda é presente em nossa sociedade. Os instrumentos de comunicação que existem hoje possuem grande influência na construção da forma como a sociedade enxerga os idosos, as redes sociais, a televisão, o cinema, as manifestações culturais têm o poder de influenciar e ditar novos conceitos a respeito da pessoa idosa. Essas ferramentas possuem um alto poder influenciador principalmente sobre crianças e jovens, que por sua vez refletem seu comportamento como um espelho da sociedade. No entanto a mensagem passada pelos meios de comunicação também rebate na construção da autoestima da pessoa idosa, dessa forma é de extrema importância que os meios de comunicação sejam conscientes e

responsáveis na forma como abordam e transmitem seu pensamento com relação à pessoa idosa, pois eles estão ditando padrões a serem copiados pela sociedade.

Dessa forma considerando as mudanças contemporâneas e as novas formas de visão sob o idoso estabelecidas na sociedade, entendemos que os idosos assim como qualquer outro recorte etário, está sujeito a tais alterações, principalmente se analisarmos dois aspectos da construção sócio histórica da velhice, sendo o primeiro quesito idade cronológica como já mencionado aqui e o outro aspecto o momento da aposentadoria ou saída do mercado de trabalho.

Para contribuir com o entendimento o próximo tópico contextualizará sobre a categoria trabalho, bem como as transformações no mundo do trabalho e seus reflexos e rebatimentos na vida do trabalhador idoso.

3. AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E OS IMPACTOS NA VIDA DO IDOSO

3.1 O Trabalho Como Categoria Fundante

Para compreender o trabalho como categoria fundante do ser social, primeiramente se faz necessário analisar a relação entre a sociedade e a natureza. De acordo com George Lukács, nascido em 1885 na Hungria e falecido em 1971, considerado um importante filósofo marxista do século XX, três são as formas de existência na natureza: pelo ser inorgânico, do qual não possui matéria animal ou vegetal, os minerais; pelo ser orgânico composto por animais e plantas e pelo ser social, o homem. Embora serem totalmente distintos, o ser inorgânico, orgânico e o ser social estão articulados, haja vista que para se manter na natureza as plantas se alimentam dos minerais, bem como os animais para sobreviver se alimentam das plantas e dos minerais, deste modo o homem só poderá existir se estiver em relação com a natureza, pois é somente através da reprodução biológica dos indivíduos que a sociedade é capaz de existir e ela sempre será composta por uma base natural.

Entretanto, é fundamental distinguir o ser social do mundo natural, pois à medida que a vida evolui ocorrendo o desaparecimento e surgimento de novas espécies de plantas e animais na natureza, a história humana é marcada pelo “surgimento, desenvolvimento e desaparecimento de relações sociais” (Lessa, 1996, p. 21).

O ser social é o único capaz de transformar a natureza a partir de sua capacidade teleológica ou prévia ideação, ou seja, para existir o homem transforma a natureza e ao mesmo tempo transforma a si mesmo, ao realizar uma tarefa pela ação do trabalho o homem desenvolve potencialidades, novos conhecimentos e habilidades. Desta forma, passa a produzir através do trabalho os meios para sobreviver e atender suas necessidades.

Considerado uma atividade primordial do ser humano, o trabalho diferencia-se do trabalho animal, visto que através da prévia ideação o homem constrói em sua mente o resultado de seu trabalho e em seguida o coloca em prática por meio da objetivação, resultando na transformação da realidade. Neste sentido cabe ressaltar o conceito de ato e potência utilizados pelo filósofo grego Aristóteles em que explica a origem do movimento da natureza, o ato encontra-se na forma

atual do ser social e é pela ação do trabalho que o homem potencializa novas necessidades.

É através do trabalho e da capacidade teleológica que os homens são diferentes dos animais, pois estes são biologicamente predeterminados. A partir do momento que o homem possui uma necessidade é que ocorre a prévia ideação, ou seja, o trabalho e o seu produto surgirão por meio das necessidades do homem. E ao satisfazê-las surgem outras necessidades que mantêm a sociabilidade em funcionamento.

Desta forma, o trabalho permite a passagem do ser natural para o ser social, sendo a categoria fundante do ser humano, é através dele que o homem se forma e passa a viver em sociedade estabelecendo relações com outros homens.

Lessa e Tonet (2011, p.27) explicam que:

O trabalho é o fundamento do ser social porque, por meio da transformação da natureza, produz a base material da sociedade. Todo o processo histórico de construção do indivíduo e da sociedade tem, nessa base material, o seu fundamento.

Ao criar e recriar novas necessidades humanas, transformando o ser social, a natureza e também o objeto o homem é impulsionado a novas ideações e a novas objetivações, o que contribuiu para o desenvolvimento das forças produtivas, das capacidades humanas e das relações sociais levando conseqüentemente a reprodução social. Os novos conhecimentos e habilidades adquiridos no trabalho pelo homem foram fundamentais para a origem de outros conhecimentos científicos, artísticos, filosóficos etc., e estes dependendo de cada estágio de desenvolvimento da sociedade se tornam cada vez mais sofisticados e complexos, segundo Lessa e Tonet (2011, p.27).

Os mecanismos de trabalho passam a ser desempenhados com mais técnica pelo homem, gerando coletividade e organização e é com o aparecimento da agricultura que os indivíduos passam a produzir para além de sua sobrevivência, gerando assim a produção excedente que através da exploração do homem pelo homem torna-se lucrativa. Para Lessa e Tonet (2011, p.53):

A existência desse excedente tornou economicamente possível a exploração do homem pelo homem. Temos aqui a gênese de algo radicalmente novo na história humana. Nas sociedades primitivas, os indivíduos, por mais que divergissem, tinham no fundo o mesmo interesse:

garantir a sobrevivência de si e do bando ao qual pertenciam. Com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornam antagônicas, isto é, impossíveis de serem conciliadas. A classe dominante tem que explorar o trabalhador, este não deseja ser explorado.

Portanto, é a partir desse período histórico que se dará origem as classes sociais, de um lado está a que trabalha e produz a riqueza, e de outro está a classe que irá se apropriar da riqueza produzida pela classe trabalhadora.

A partir do momento que o trabalho passa a ser uma relação de poder entre os homens surgem os complexos sociais, ou seja, para que o trabalho seja executado nas condições de trabalho explorado é necessário que exista “(...) um exército que obrigue os escravos a trabalharem, um Estado que forme e mantenha este exército, uma ideologia que justifique a exploração dos escravos”. (Lessa, 1996, p.21). Neste sentido como principais portadores práticos do poder de alguns indivíduos sobre outros temos: o Estado, a Política, o Direito, dentre outros, estes existem para ordenar as relações entre os homens e para atender as novas necessidades e possibilidades advindas do trabalho para o desenvolvimento dos homens.

É com o surgimento da sociedade capitalista que o trabalho deixa de ser um meio para adquirir as necessidades do trabalhador e passa a ser desenvolvido através da exploração do homem pelo homem para garantir as necessidades de acumulação de riqueza. A força de trabalho se torna uma mercadoria e o trabalho adquire valor de uso e valor de troca, à medida que se tem um fim e uma necessidade o trabalho possui sentido concreto e útil. Desta forma, com o avanço do capitalismo o trabalho passa a ser alienado e estranho ao trabalhador e o mesmo não tem conhecimento do produto de seu trabalho.

Assim, o mundo do trabalho passa a ser modificado, e isto ocorre em meados dos séculos XVIII e XIX, período de surgimento do Capitalismo, da Revolução Industrial e posteriormente da Revolução Francesa. No Capitalismo Monopolista no fim do século XIX, segundo Lessa (2011) o modo de produção capitalista provocou alterações econômicas, na política, na esfera social e cultural da sociedade; a pobreza e demais situações de vulnerabilidade social passaram a ser vistas de forma mais aparente na sociedade. Esta conjuntura refletiu nos diversos países que fizeram a transição para este modo de produção, na Europa o cenário era composto por péssimas condições de trabalho, de moradia, insalubridade,

salários baixos, entre outras expressões decorrentes do modo de produção em que o trabalho estava estruturado.

Com a instalação das fábricas e conseqüentemente a inserção das máquinas no mercado de trabalho alteram-se a estrutura da sociedade, as relações de compra e venda da força de trabalho e as relações de produção. O trabalhador que antes desempenhava o trabalho afim de suprir suas necessidades básicas, com o sistema capitalista é desprovido dos meios de produção, restando apenas a venda da sua força de trabalho para sobreviver. As relações sociais passam a ser coisificadas, o sujeito se torna um instrumento para executar as necessidades de outro sujeito, ou seja, submetendo a sua força de trabalho a reprodução do capital, sendo esta imposta pela exploração do trabalho.

Na relação da compra e venda da força de trabalho, o trabalhador produz mais que o suficiente para pagar seu salário, ficando toda a produção excedente ao capitalista que são os detentores dos meios de produção. Desta forma ocorre o enriquecimento do capital e a exploração do trabalhador que se vê diante de péssimos salários, longas jornadas de trabalho, péssimas condições de trabalho entre outros fatores.

É, portanto, nesta conjuntura e diante desta nova ordem social que o trabalho adquire uma nova configuração, acarretando mudanças no seu modo de produção. No próximo tópico iremos analisar as transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade e concomitantemente seus impactos na vida do trabalhador.

3.2 As transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade

Como citado anteriormente o processo de modificação do trabalho ocorreu após o surgimento do Capitalismo e da Revolução Industrial. Neste sentido de modificação do trabalho, abordaremos o processo de organização do sistema de produção na década de 1970, destacando os modelos fordismo/taylorismo e o toyotismo que provocaram mudanças relevantes no mundo do trabalho e que devido aos avanços tecnológicos que proporcionaram, continuam a refletir seus impactos na contemporaneidade.

No final do século XIX e início do século XX, os proprietários das empresas industriais sentiram a necessidade de racionalizar a linha de produção,

com o objetivo de controlar os trabalhadores a fim de otimizar o tempo para a produção de mais produtos no mesmo período de trabalho. Para o sistema capitalista, regido pelo Estado de Bem-Estar, estas mudanças resultavam na redução dos custos da produção e conseqüentemente no aumento dos lucros.

Desta forma, ainda no século XIX, o norte-americano Frederick Taylor estabelece um novo método de linha de produção em que o trabalhador não desempenha mais várias funções de trabalho ao mesmo tempo, desta forma fica estabelecido a divisão do trabalho, onde cada operário executaria uma única tarefa. Esse sistema denominado de taylorismo, organizou o trabalho de modo a obter grande produtividade, suas principais características foram: racionalização da produção, economia de mão de obra, corte de gastos, dentre outros fatores.

Segundo Antunes e Alves (2004) o taylorismo passou a ser utilizado por diversas empresas, porém a pioneira a fazer uso desse sistema foi a fábrica de automóveis de Henry Ford que a partir do sistema implantou as denominadas linhas de montagem. O trabalhador passou a não se deslocar mais para manusear materiais e ferramentas necessários para a execução da tarefa, os materiais se direcionavam para ele através de esteiras e cada um desempenhava apenas uma tarefa de sua etapa de produção. Essa inovação ampliou o conceito taylorista e deu origem a uma nova forma de organização do trabalho que ficou conhecida como modo de produção fordista. Seu objetivo era economizar no processo de montagem de mercadorias que seriam vendidas com preços menores, aumentar a produtividade e principalmente realizar a produção em massa, Antunes e Alves (2004).

Com a implantação do fordismo os trabalhadores executavam o trabalho de forma mecanizada, desprovidos de conhecimento profissional não sendo necessário a mão de obra qualificada, o que conseqüentemente gerava salários reduzidos e menor qualificação. O sistema se espalhou pelo mundo e se consolidou no pós-guerra, garantindo os “anos dourados” aos países desenvolvidos, sendo importante destacar que este período é marcado principalmente pelos grandes crescimentos econômicos industriais que foram primordiais para o processo de construção da mundialização do capital.

O fordismo predominou até a década de 1970 e teve seu declínio devido as crises econômicas da época, ou seja, a crise do petróleo, da superprodução, a redução das taxas de lucro, as transformações das empresas

produtivas frente à força do capital financeiro, a crise do modelo de bem estar social, ou Welfare State que passou a transferir responsabilidades antes estatais para o setor privado para permitir uma acumulação de lucros maior ao Estado, todos esses e outros fatores ligados também a reestruturação produtiva foram fundamentais para o surgimento de um outro método de produção mais eficiente, o toyotismo.

Ricardo Antunes (2008), relata que com o passar do tempo o fordismo e o taylorismo deixam de ser os únicos modelos de produção vigentes e isto ocorre devido ao avanço tecnológico. A automação, a robótica e a microeletrônica ganham espaço nos contextos fabris interferindo assim nos processos de trabalho, que concomitantemente ocasionam novos processos produtivos que serão desenvolvidos nas relações de trabalho de produção de capital, surgindo assim o sistema toyotista.

O toyotismo foi criado após a crise no padrão de acumulação do capital, pelo japonês Taiichi Ohno, e foi implantado nas fábricas de automóveis da Toyota após o fim da Segunda Guerra Mundial. Este sistema possui como base a tecnologia, a informática e a robótica sendo composto pelo princípio: just in time (na hora certa) que minimiza o estoque produzindo de acordo com a demanda, através da flexibilização da produção com menos lotes e mais qualidade, troca-se a padronização pela diversificação e produtividade.

Baseado na acumulação flexível, o sistema permite que o trabalhador execute várias funções ao mesmo tempo, transformando-os em multifuncionais. Neste contexto surge então o trabalhador polivalente, aquele que é capaz de adaptar-se a muitos empregos, executando diversas e diferentes funções ao mesmo tempo de trabalho com o mesmo salário, o que gera profundo impacto nos direitos trabalhistas.

Antunes (2008, p.24) explica que:

O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentos, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias.

Através do processo de modernização do sistema de produção e reprodução decorrentes das intensificações tecnológicas, desenvolveu-se novas formas produtivas e estas ocasionaram uma grande redução da força de trabalho braçal do ser humano. Para Iamamoto (2015, p.33), esse processo de “modernização da produção” é tão intenso que é possível mencionar que:

Vive-se hoje uma terceira revolução industrial acompanhada de profundas transformações mundiais. Assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, radicais mudanças tecnológicas envolveram uma ampla expulsão da população trabalhadora de seus postos de trabalho.

As novas tecnologias que fazem parte dessa terceira revolução industrial compreendem um conjunto de aplicações de descobertas científicas, com foco central no desenvolvimento no tratamento da informação, assim como a sua efetiva aplicação no processo produtivo e na economia geral, seja através da comunicação inteligente entre máquinas ou por máquinas, como é o caso da informática e da microeletrônica, ou até mesmo informação da matéria viva, através da engenharia genética, base que tem avançado no campo das biotecnologias. Todo esse desenvolvimento tem sido um dos fatores de propulsores de inovações produtivas, organizacionais e de comunicação, o que evidencia o surgimento de uma verdadeira “revolução informacional” segundo Lojkine (1995). Os impactos gerados por essa revolução são sentidos por toda sociedade, em diferentes espaços geográficos do mundo, mesmo que de forma desigual e diversificada.

Vale ressaltar que esses avanços tecnológicos são decorrentes do processo de globalização e mundialização do capital e que os recursos da microeletrônica, da informática e da robótica nos moldes de produção de um lado proporcionaram uma intelectualização do trabalho, ofertando empregos a profissionais capacitados, ou seja, os multifuncionais da chamada “era informacional” e por outro lado provocaram também o desemprego estrutural para aquele trabalhador que não possui mão de obra especializada ou tampouco capacidade para lidar com as novas formas tecnológicas, sobretudo em relação ao trabalhador idoso.

Ainda com a ampliação do desemprego estrutural e a necessidade dos trabalhadores de estarem inseridos no mercado, as empresas transnacionais implantam formas precárias de trabalho, visando maior lucratividade e desta forma

desregulam o trabalho formal, fortalecendo assim a terceirização, o que gera impactos diretamente na vida do trabalhador, principalmente naquele trabalhador visto como idoso. Esse trabalhador que passa ser considerado como “velho” e isso na visão do mercado de trabalho, já começa “a partir dos 40 anos de idade”, com o passar dos anos vai sendo excluído do mercado e dificilmente consegue retornar ao mercado de trabalho formal, se juntando assim aos trabalhadores informais.

É, portanto, diante da exclusão, da informalidade, da terceirização e de condições de trabalho precárias, que está estruturado o mercado de trabalho, o que gera no trabalhador uma submissão involuntária que o faz vulnerável aos seus direitos. Busca-se a requalificação dos trabalhadores e está relaciona-se ao novo conceito de competência, associadas as modernas conjunturas de empregabilidade e flexibilidade.

Segundo Antunes (2008, p.47):

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

À medida que vivenciamos todas estas transformações no mundo do trabalho é fundamental destacar que elas incidem também na alteração da esfera do Estado e também da Cultura.

Diante disso vive-se à hegemonia neoliberal, acompanhadas de profundas mudanças na esfera do Estado, o que precarizam ainda mais a classe trabalhadora. Neste sentido, vale lembrar que no contexto brasileiro o Welfare State ou Estado de Bem-Estar que emergiu na Era Vargas (1930-1945) a ideia não era realizar grandes mudanças na economia, através da apropriação de empresas pelo Estado, mas oferecer benefícios e proteção social aos trabalhadores, de forma que o capitalismo fosse administrado. Assim o Estado seguiria o modelo intervencionista diante dos trabalhadores, através de um programa econômico de controle do Estado sobre um programa social que assegurasse direitos básicos como, a saúde, a educação, previdência social, proteção contra o desemprego, dentre outros fatores.

O fato é que todo este contexto se altera após a década de 70 consubstanciada pela Reforma do Estado apresentada pelo economista Luiz Carlos Bresser Pereira (1934), segundo ele a crise global vivenciada pelos estados modernos a partir de 70, caracterizada pela redução das taxas de crescimento econômico, o aumento da inflação e do desemprego ocorreram devido ao crescimento distorcido do Estado e aos processos de globalização. Para o economista a reforma é apresentada em torno de quatro problemas principais: - a delimitação do tamanho do estado: baseadas nas ideias de privatização, publicização e terceirização; - a redefinição do papel regulador do Estado: diz respeito à maior ou menor intervenção governamental no mercado; - a recuperação da governança: relacionada aos aspectos financeiros, estratégicos e administrativo; e o aumento da governabilidade: no sentido de buscar alternativas de legitimar o governo frente à sociedade e fazer com que as instituições se adequem ao interesse público.

A partir da Reforma do Estado ocorre a transferência da responsabilidade do Estado para a Sociedade Civil Organizada ou Terceiro Setor o que impacta profundamente o cenário das políticas sociais públicas, que se encontram cada vez mais focalizadas, seletivas e fragmentadas, haja vista a saída de cena do Estado. Assim, na contemporaneidade tem-se um Estado que sem dúvidas satisfaz os interesses da classe dominante, vem reduzindo cada vez mais suas intervenções na área social e não enfrenta as desigualdades na sociedade, sua ação está centrada apenas para minimizar as consequências do ajuste econômico.

No âmbito da cultura as mudanças tecnológicas não alteraram apenas as formas de produção, mas também incidiram sobre os padrões societários, modificando também a convivência social. Os muitos avanços tecnológicos nos sistemas de comunicação, informática, nanotecnologias, microeletrônica dos computadores ou da mídia em geral, têm eliminado as barreiras de distância, permitindo interconexões regionais e globais, alterando a relação espaço e tempo. Essas novas formas de contato, aproximaram os países, interligando as culturas e favorecendo a troca de vivências, porém de outro ângulo favorece o aumento de poder de determinados grupos, que possuem forte influência de manipular informações, propiciando criação de valores totalitários.

Diante desses novos tempos entra em cena o imperialismo cultural, por meio da mídia e das corporações transnacionais, este não interfere apenas na instância econômica, mas também na formação de novas referências culturais.

Podemos dizer que o termo globalização é utilizado para definir alguns fenômenos que se iniciaram nos anos 80, como por exemplo, a expansão das empresas transnacionais, o avanço do capital financeiro monopolista, a produção de forma ampliada e descentralizada, a grande revolução da informática e das comunicações, o enfraquecimento dos Estados Nacionais, e o crescimento maciço da influência cultural norte americana, o que dá contornos a uma nova sociedade mundial, uma sociedade onde os fenômenos são em proporções globais e mundiais, sendo socializado tudo com todos.

Os efeitos da globalização não são considerados entre os estudiosos de forma homogênea, isto porque um dos seus principais rebatimentos se dá no aumento das desigualdades sociais e exclusão, tanto no que diz respeito nacionalmente quanto na esfera internacional. Nos países desenvolvidos é nítido o grande distanciamento entre os cidadãos que consomem e usufruem dos benefícios de uma economia globalizada e aqueles que são empurrados ao desemprego, subemprego e a marginalidade. Cabe ressaltar que entre as nações também existem fortes distanciamentos, ao passo que nem todas possuem a mesma capacidade de alteração e adaptação aos novos rumos da economia globalizada, o que só faz aumentar o distanciamento entre países ricos e países pobres.

Diante de todo o exposto é fundamental ressaltar que todas essas transformações contemporâneas sejam no mundo do trabalho, na esfera do Estado e também na Cultura, impactam profundamente na vida do trabalhador idoso que se encontra diante de uma sociedade que exige uma nova configuração do trabalhador.

Para o modo de produção capitalista o trabalhador idoso é considerado como improdutivo, haja vista que nesta fase da vida este já não possui a força de trabalho que é utilizada como mercadoria pelo sistema capitalista, assim a valorização do capital concentra-se na força de trabalho dos jovens que pode ser intensamente explorada.

Neste sentido, no próximo tópico iremos analisar como as transformações aliadas as tecnologias impactam a vida do trabalhador, em especial o trabalhador idoso.

3.3 Os Impactos das Transformações no Mundo do Trabalho na Vida do Trabalhador Idoso

No capitalismo brasileiro a pessoa idosa é vista com olhares distintos a partir do seu posicionamento nas classes sociais e nos papéis que está ocupa nesse estamento social. Dessa forma a maneira como se enxerga a pessoa idosa no Brasil não é única e nem estática, nem tão pouco homogênea, porém é múltipla e dinâmica. Chauí (2000, p.227) conclui “que segundo Heráclito o mundo, é um fluxo contínuo onde nada permanece idêntico a si mesmo, mas tudo se transforma no seu contrário. A luta é a harmonia dos contrários, responsável pela ordem racional do universo.” Conforme esse pensamento entendemos que a forma como a sociedade capitalista enxerga a pessoa idosa, vai se alterando em cada momento histórico da sociedade, como já mencionado anteriormente.

Estamos diante de um processo de envelhecimento populacional que não é igual para todas as pessoas, pois cada um vivencia o envelhecimento de uma forma, a partir de sua classe, gênero e papéis desempenhado na sociedade.

A forma de se vivenciar a velhice também é muito diferente se compararmos os países, pois as etapas da vida são construídas socialmente e culturalmente, onde cada sociedade constrói suas práticas e representações sobre o envelhecimento, e o papel que a pessoa idosa deve desempenhar na família e comunidade, portanto para se observar o lugar que o idoso ocupa , se faz necessário compreender a forma como a sociedade organiza-se e estrutura-se, conforme mencionado anteriormente.

Em países considerados desenvolvidos a forma de enxergar a pessoa idosa se baseia na qualidade de vida que o Estado pode oferecer aos seus cidadãos como por exemplo o Japão investe em políticas para reintegrar os idosos ao mercado de trabalho, por reconhecer e valorizar sua vasta experiencia de vida e ainda contribuir para economia do país, trazendo assim novas perspectivas de vida aos seus idosos, em contrapartida nos países em desenvolvimento como é o caso brasileiro, o idoso é vista pela lógica do mercado, ou seja, ele é visto do ponto de vista econômico, onde a produtividade é ponto essencial e junto com ela o poder de consumo.

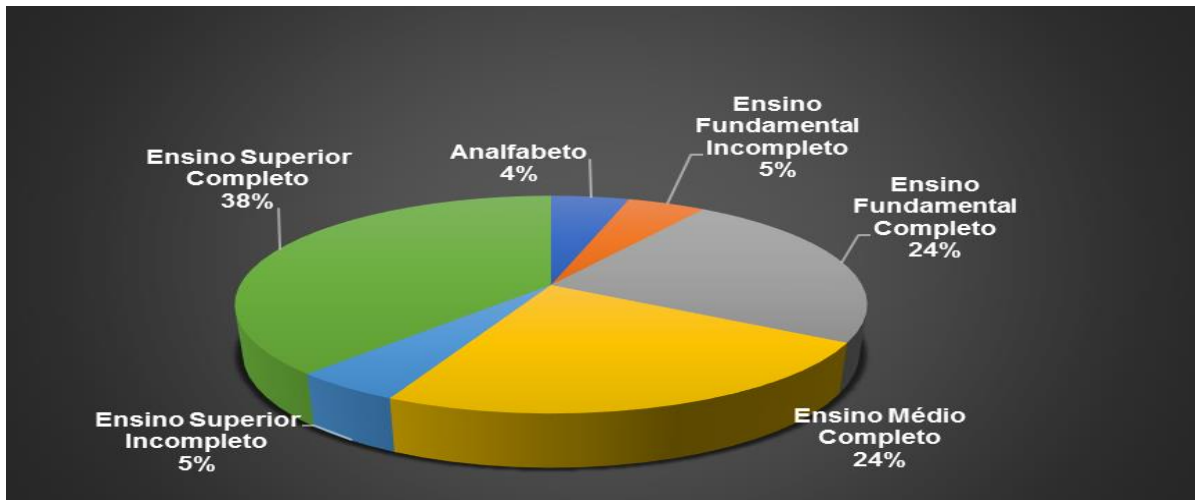
Olhando o envelhecimento populacional brasileiro se pode perceber que são necessários alguns ajustes nas políticas públicas para que essas possam

se efetivar e melhorar a qualidade de vida dos idosos. A política de Seguridade Social, da Assistência Social, da Saúde e Educação necessitam de ajustes imediatos, pois essas incidem diretamente na vida da população idosa. As políticas sociais e de saúde precisam promover a habilidade funcional da população idosa e construir um sistema adequado de suporte, para que o Brasil possa envelhecer de forma saudável e com mais qualidade de vida.

A relação entre educação e mercado de trabalho estão fortemente ligados, porque quanto maior o grau de estudo e educação de uma pessoa, melhores condições de trabalho está poderá ocupar, dessa forma fica claro que se fazem necessárias políticas educacionais, de capacitação continuada para que possam ajudar a população idosa a se manter no mercado de trabalho.

No gráfico a seguir mostraremos o nível de escolaridade dos 21 idosos entrevistados no município de Presidente Prudente:

GRÁFICO 03 - Escolaridade dos 21 Idosos no Município de Presidente Prudente



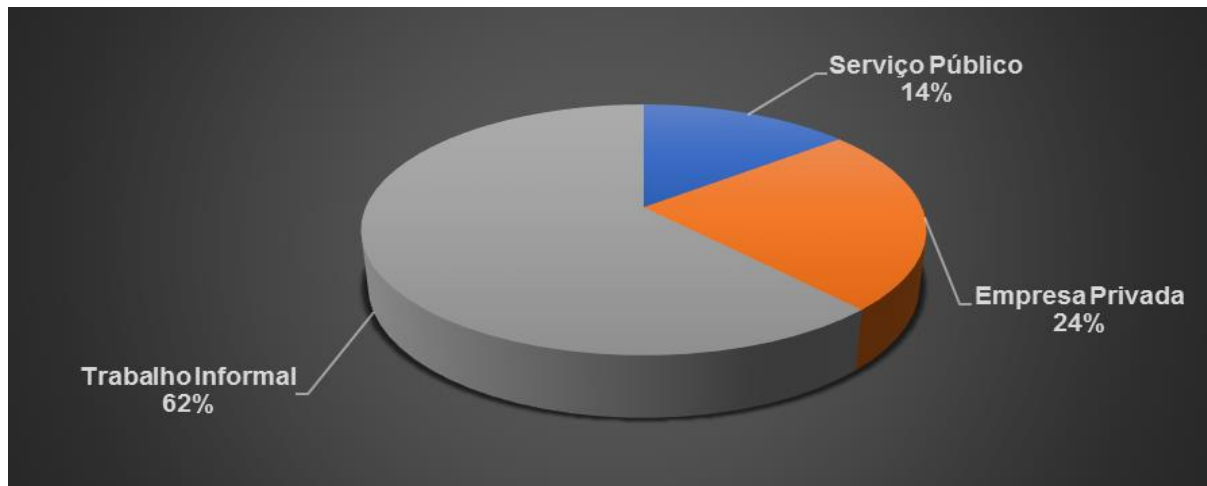
Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

Analisando a pesquisa realizada no município de Presidente Prudente com os 21 idosos nos revelou que 24% dos idosos entrevistados concluíram o ensino médio, e que 24% concluíram apenas o ensino fundamental completo, o que impacta diretamente na ocupação de trabalho que esse idoso irá desempenhar na sociedade capitalista contemporânea. Esse mundo do trabalho como já mencionado no decorrer do estudo demonstra as diversas mudanças estruturais, ou seja,

alterações que sempre trouxeram impactos na vida do trabalhador, cada uma delas com suas particularidades.

As novas formas de reestruturação do capital ao longo dos anos e redução no número de trabalhadores formais, bem como maior desregulamentação das leis trabalhistas, trazem impactos diretamente aos trabalhadores idosos. Pois no mercado de trabalho formal, não existe assento para todos os trabalhadores, os idosos dessa forma são empurrados para a informalidade, o que foi claramente demonstrado na pesquisa realizada com esses idosos.

GRÁFICO 04 – Situação Ocupacional



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

Na pesquisa realizada 62% dos entrevistados estão inseridos no mercado de trabalho de forma informal, ou seja, não possuem registro em carteira de trabalho ou recolhem algum tipo de contribuição previdenciária, não tendo assim nenhuma garantia quanto aos percalços do dia a dia.

A informalidade é uma forma de escape, para que esses idosos se insiram no mercado de trabalho, haja vista a recusa por parte das contratações no mercado formal, que consideram segundo dados da Organização Internacional do Trabalho 2014 (OIT) que o idoso ainda é visto como mais lento, fato que decorre do processo natural de envelhecimento, e são tidos como profissionais mais caros, o que os empurra para a informalidade.

Existe também, como já dito anteriormente uma modernização da produção, esta nova forma no padrão da industrialização tem como base técnica as tecnologias, a informática que não para de se reinventar, a telecomunicação,

automação, a robótica, o surgimento de novos materiais e energias renováveis, e com o surgimento dessas inovações tecnológicas, novas formas de organização do trabalho também surgem.

Nesse sentido tanto o perfil do trabalho se altera, quanto a própria mão de obra. Essas formas de automação exigem do trabalhador uma especialização e capacitação continua para se manter ativo no mercado de trabalho, esse processo que faz com que os trabalhadores migrem do emprego formal para a informalidade, juntamente com a falta de qualificação do trabalhador são mostras da falta de sintonia vivida entre a “era informacional” e o mercado de trabalho, o que pode ser demonstrado pelo gráfico abaixo, onde 71% informaram que a tecnologia é um desafio a ser superado, principalmente se o idoso não estiver inserido no mercado de trabalho.

GRÁFICO 05 - Impactos das mudanças tecnológicas



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

Conforme os pensamentos de Antunes (1997) e Mattoso (1995) as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho são pautadas essencialmente por: alteração na divisão do trabalho, junção de tecnologias entre computação e informática, encolhimento dos ciclos de produção, polivalência e qualificação dos trabalhadores, são fatores essenciais aos novos métodos produtivos.

É certo que uma coisa, se mantém como imutável, a importância do trabalho para o homem, esse como fonte de subsistência e até mesmo de inserção social, que será demonstrado no decorrer da pesquisa. Porém é indispensável adoção de medidas que sejam eficientes para proteção e promoção dos direitos dos trabalhadores. Com as práticas neoliberalistas descritas anteriormente o Estado se

isenta de suas responsabilidades quanto aos trabalhadores , em face dos diversos impactos causados pela globalização, era informacional e novas tecnologias, dessa forma notamos que se faz necessário adotar políticas públicas que de fato garantam empregabilidade nesse novo cenário redesenhado, assim como manutenção do sustento de forma digna e qualidade de vida para as famílias, especialmente aquelas que se encontram em maiores condições precárias ou de vulnerabilidade social, porque a automação desregulamentada, por exemplo, pode aumentar o desemprego entre os que têm maiores dificuldade de acesso à capacitação tecnológica.

O processo de envelhecimento precisa ser dotado de novos olhares tanto por parte do poder público, quanto por parte da sociedade civil, um dos grandes avanços que temos atualmente com relação aos direitos das pessoas idosas são as leis brasileiras que são grandes conquistas por parte da população. Nesse sentido o próximo tópico vem discorrer e apresentar o arcabouço jurídico para proteção e promoção da dignidade de vida da pessoa idosa.

4. OS IDOSOS E AS GARANTIAS DE DIREITOS

4.1 A Constituição Federal de 1988

A construção da Constituição Federal de 1988 se deu por meio de vinte e quatro submissões com assuntos que recolheram propostas, realizaram audiências públicas e elaboraram estudos parciais. Foram estruturados de três em três blocos, através de oito comissões temáticas. Somente em 15 de julho de 1987 a comissão de sistematização organizou o primeiro anteprojeto. Nesse momento houve tramitação formal, com emendas, pareceres e votação. Junto, muitos impasses, negociações e confrontos. Foram apresentadas 65.809 emendas e nove projetos, até a redação final de setembro de 1988.

Além dos conflitos no Congresso, ocorreram também espaços para que outros canais pudessem participar de sua composição, entre eles a participação da sociedade na designação de emendas populares, em que 30 mil eleitores assinaram com representação de entidades associativas. 122 propostas foram apresentadas, sendo admitidas 83 emendas que efetuaram todas as normas formais.

Entre as diversas conquistas populares, a Constituição de 1988 reconheceu como direitos sociais as férias anuais remuneradas com mais um terço do salário mínimo, redução da jornada de trabalho semanal de 48 para 44 horas, licença paternidade, extensão do FGTS a todos os trabalhadores, vinculação da aposentadoria ao salário mínimo, direitos iguais aos trabalhadores urbanos, rurais e domésticos e o reconhecimento da assistência social como parte da seguridade social.

É nítido afirmar que os constituintes reconheceram as desigualdades sociais e regionais brasileiras e instituíram respostas às mesmas. Quando analisamos este cenário do ponto de vista dos direitos da pessoa idosa, que estavam previstos na Constituição de 1934 (inciso h do parágrafo 1º do artigo 121) sob a forma de direitos trabalhistas e de uma Previdência Social “a favor da velhice”, a desigualdade era clara. Ao se tornar improdutivo no trabalho industrial, o indivíduo era considerado velho, o trabalhador rural não tinha seus direitos trabalhistas reconhecidos, pois pertencia a esfera do “aluguel de mão de obra”, sob a tutela da oligarquia rural.

Segundo Faleiros (2007), a questão da velhice era então privada, do âmbito da família, ou do âmbito da filantropia e da religião. Com a Constituição de 1988, elaborada no processo de transição democrática que rompeu com a ditadura militar, configurou um Estado de direito, com um sistema de garantias da cidadania. O artigo 203 estabelece o direito a um salário mínimo em situação de falta de meios de subsistência. Esse artigo foi regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei 8.742/03).

Faleiros (2007, p.156) o artigo 230 da Constituição determina:

É dever da família, da sociedade e do Estado o amparo às pessoas idosas, tornando – as assim credoras de direitos, assegurando sua participação na comunidade e defendendo sua dignidade e bem estar, numa clara referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além disso, no parágrafo 1º, estabelece que os programas de amparo aos idosos sejam executados preferencialmente em seus lares, valorizando a família. Assegura aos maiores de 65 anos a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (parágrafo 2º). Nos direitos sociais estabelece-se a Seguridade Social, que compreende a assistência, a Previdência e a saúde (artigo 194), sendo essa universal. A Previdência Social passa a ter um caráter contributivo, conforme a emenda Constitucional n. 20.

O Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741/2003, aprofunda a PNI (Política Nacional do Idoso) afirmando que o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana (artigo 2º), e que o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social (artigo 8º). Pelo artigo 9º é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção a vida e a saúde e junto a família e a sociedade, garantir liberdade e dignidade. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), no valor de um salário mínimo pode ser concedido aos 65 anos, e cada idoso pode recebê-lo, desde que a renda per capita mensal de cada membro da família seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo.

Conforme Faleiros (2007), ao longo da história contemporânea os idosos têm se manifestado politicamente na pressão por direitos a aposentadoria, como aconteceu na crise de 1930, quando milhares saíram às ruas. A emergência dos direitos sociais para as pessoas idosas é um processo diferenciado, que foi adquirindo mais visibilidade nas lutas pela Previdência Social.

Portanto o processo de ampliação e efetivação da cidadania implica um pacto civilizatório de toda a sociedade, não se restringindo a garantia de direitos de uma parcela da população. A cidadania é, por definição universal, mas não deve ser concretizada de forma genérica e abstrata. A garantia e o acesso aos direitos de

aposentadoria, saúde, escolarização e lazer precisam ser discutidos e efetivados com a participação dos próprios idosos, que na maioria, estão alheios à participação na esfera pública e se recolhem a vida privada.

Fica notável a importância da Constituição Federal para a garantia efetiva dos direitos dos cidadãos brasileiros, em específico dos idosos. No tópico a seguir será discorrido a respeito da Política Nacional do Idoso, seus princípios e importância como forma de assegurar e efetivar os direitos dos mesmos.

4.2 A Política Nacional do Idoso

A Constituição Federal Brasileira de 1988 insere várias questões referentes ao envelhecimento. Porém, somente em 1994 foi instituída a Lei n. 8842/94, Política Nacional do Idoso, que visa assegurar direitos sociais, promoção da autonomia e a inserção do idoso na sociedade. Para tanto, essa política se baseia em cinco princípios:

I – a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

II – o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

III – o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV – o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

V – as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei. (Política Nacional do Idoso, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm)

Braga (2008) destaca que tal política não tem como único objetivo estabelecer políticas apenas para o idoso, mas também para aqueles que irão envelhecer. Dentro deste cenário existe a necessidade por parte das entidades públicas estimularem a criação de locais de atendimento aos idosos, centros de convivência, casas-lares, oficinas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros; apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade e impedir a discriminação do idoso e sua participação no mercado de trabalho. Braga (2008) ainda ressalta que em 1997 foi criado o Estatuto do Idoso (Lei 3.561/97), que acrescentou novos dispositivos, exigindo o redirecionamento das prioridades das ações de políticas públicas como forma de consolidar os direitos do idoso que já

estavam previstos na Constituição Federal, em especial a proteção do idoso que se encontra em condição de risco social.

Conforme Braga (2008) deve-se ressaltar existe a falta de eficiência na aplicação das ações públicas direcionadas ao idoso. Existe uma tradição centralizadora e segmentadora das políticas públicas no Brasil, que provoca a desarticulação de programas e projetos voltados para o mesmo público, sendo a área de amparo ao idoso uma das mais afetadas, pois os projetos voltados para este contexto muitas vezes são vítimas da falta de articulação pelos órgãos de educação, assistência social e saúde.

Além da Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso também foi uma importante conquista e garante os direitos dos idosos em diversos seguimentos. O mesmo será abordado a seguir.

4.3 O Estatuto do Idoso

O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 está em vigor desde janeiro de 2004 e trouxe à tona questões de diversas ordens a respeito dos direitos pertinentes à população idosa, sendo esse um avanço socio jurídico relevante na defesa dos direitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos que vivem no país.

Segundo a SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (2019), tal estatuto é o resultado final do trabalho de diversas entidades voltadas à defesa dos direitos dos idosos no Brasil. Sua vigência ampliou direitos que já estavam previstos anteriormente na Lei Federal, de nº 8842, de 04 janeiro de 1994 e também na Constituição Federal de 1988 e se consolidou como um poderoso instrumento na defesa da cidadania desta faixa etária, permitindo a ampla proteção jurídica para viver com dignidade e autonomia. A SBGG (2019) destaca que o Estatuto é composto por 118 artigos que tratam de questões:

“(…) garantias prioritárias aos idosos, até aspectos relativos à transporte, passando pelos direitos à liberdade, à respeitabilidade e à vida, além de especificar as funções das entidades de atendimento à categoria, discorrer sobre as questões de educação, cultura, esporte e lazer, dos direitos à saúde através do SUS, da garantia ao alimento, da profissionalização e do trabalho, da previdência social, dos crimes contra eles e da habitação, tanto em ações por parte do Estado, como da sociedade.

Cada questão tratada pelo Estatuto Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 possui um tratamento detalhado, nos quais se destacam os pontos ressaltos a seguir:

a) Nas aposentadorias, reajuste dos benefícios na mesma data do reajuste do salário mínimo, porém com percentual definido em regulamento; a idade para requerer o salário mínimo estipulado pela Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, Lei Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 cai de 67 para 65 anos;

b) Assegura desconto de pelo menos 50% nas atividades culturais, de lazer e esportivas, além da gratuidade nos transportes coletivos públicos;

c) No caso do transporte coletivo intermunicipal e interestadual, ficam reservadas duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos e desconto de 50% para os idosos da mesma renda que excedam essa reserva;

d) Prioridade na tramitação dos processos e procedimentos dos atos e diligência judiciais nos quais pessoas acima de 60 anos figurem como intervenientes;

e) Os meios de comunicação também deverão manter espaços ou horários especiais voltados para o público idoso, com finalidade educativa, informativa, artística e cultural sobre o envelhecimento;

f) Os currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal deverão prever conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, a fim de contribuir para a eliminação do preconceito, sendo que o poder público deverá apoiar a criação de universidade aberta para pessoas idosas e incentivar a publicação de livros e periódicos em padrão editorial que facilite a leitura;

g) Quanto aos planos de saúde, a lei veda a discriminação do idoso com a cobrança de valores diferenciados em razão da idade, determinando ainda ao poder público o fornecimento gratuito de medicamentos, assim como prótese e outros recursos relativamente ao tratamento, habilitação ou reabilitação;

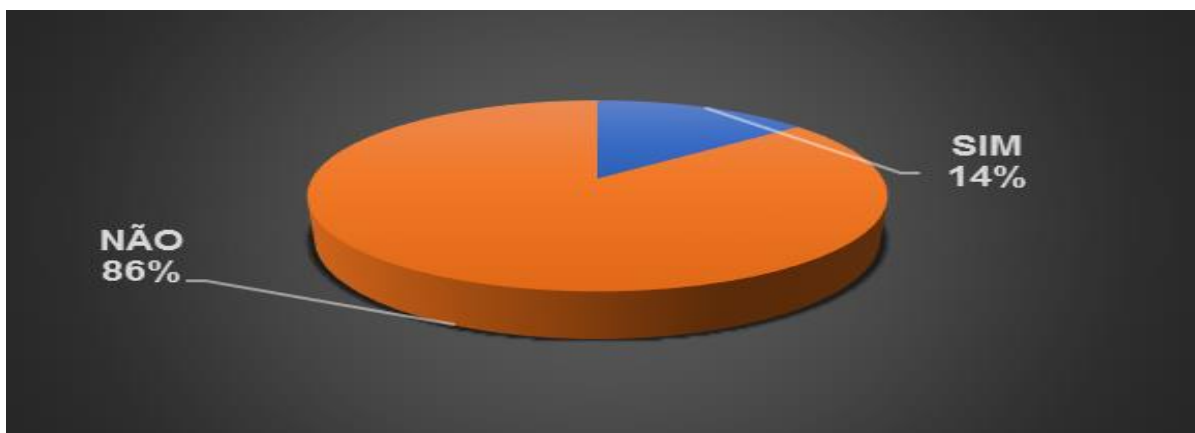
h) O idoso terá prioridade para a compra de moradia nos programas habitacionais, mediante a reserva de 3% das unidades, sendo prevista, ainda, a implantação de equipamentos urbanos e comunitários voltados para essa faixa etária.

O Estatuto do Idoso representou um avanço considerável na proteção jurídica aos direitos do idoso, porém que na prática ainda não está totalmente

viabilizada e implementada devido à falta de informação e conhecimento da sociedade em relação ao mesmo.

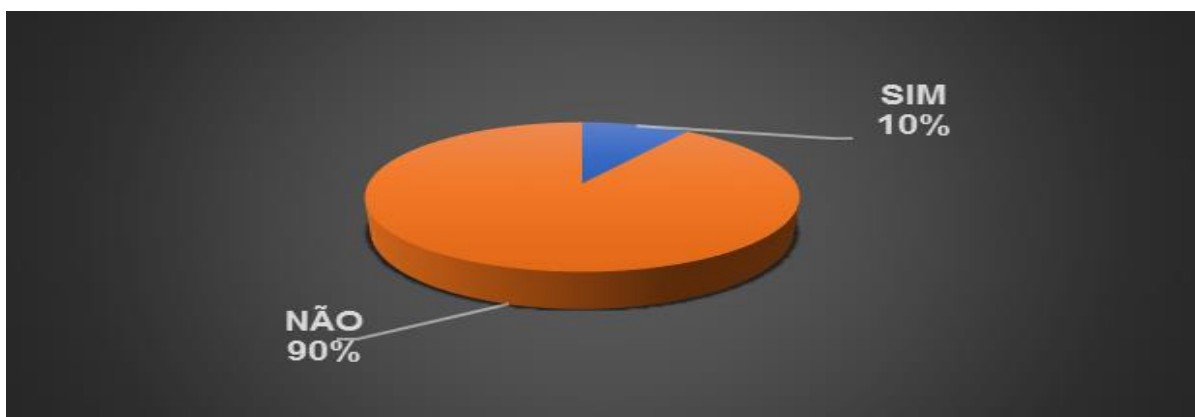
Diante do gráfico 06 podemos identificar que 86% dos idosos entrevistados, não possuem conhecimento sobre o estatuto do idoso e diante do gráfico 07 constatamos que os idosos entrevistados tampouco acreditam na eficiência do mesmo. Ainda conforme o gráfico 08, quando perguntados sobre as políticas públicas 69% afirmaram que as mesmas necessitam de melhorias.

GRÁFICO 06 – Conhecimento Estatuto do Idoso



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

GRÁFICO 07 – Eficácia do Estatuto do Idoso



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

GRÁFICO 08 – Melhoria das Políticas Públicas



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

Conforme define a SBGG (2019), é fundamental que os idosos, bem como seus familiares, sejam ativos na questão de buscar informações detalhadas sobre o Estatuto, acionando os órgãos de fiscalização e representativos de classe, cobrando providências e ações da classe política e órgãos públicos a fim de garantir que tudo o que está prescrito no texto legal seja efetivamente cumprido.

Dentro desse cenário, o Estatuto do Idoso (2003) se faz necessário para a defesa dos direitos dos idosos no Brasil. No tópico seguinte será abordado o surgimento da previdência social e seguridade social e seu impacto na vida destes indivíduos.

4.4 Surgimento da Previdência Social e Seguridade Social

A Constituição Federal de 1988 possui amplos conceitos de cidadania, que qualificam e reconhecem a participação do ser humano na vida política, social e econômica da sociedade. Entre as diversas conquistas sociais conquistadas na mesma, sem dúvida a seguridade social brasileira foi uma das mais importantes, integrando as políticas públicas de saúde, previdência e assistência social com a finalidade de garantir a dignidade da pessoa humana. Conforme Flores (2010), a

principal finalidade da Constituição neste sentido é o de atingir os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, reduzindo as desigualdades sociais e econômicas geradas pelo sistema capitalista, garantindo os direitos sociais a todas as pessoas.

A Seguridade Social, conforme descrito por Flores (2010), se constitui de um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos à cidadania, com universalidade de cobertura e atendimento, equidade na forma de participação no custeio, caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa e com a participação de trabalhadores, empresários e aposentados.

Flores (2010) enfatiza que são as políticas sociais que têm por objetivo concretizar todo o conceito de igualdade previsto na Constituição Federal. Na história do capitalismo, onde a relação entre capital e trabalho foi marcada pelo aumento das reivindicações da classe trabalhadora por melhores condições de vida, a intervenção do Estado surge para atender a essa nova demanda, levando o mesmo a atuar através das políticas sociais. Dentro deste contexto, conforme Flores (2010) surgem os sistemas de proteção social, na Europa, que foram organizados em torno de suas concepções: o modelo bismarckiano e o modelo Beveridgeana, que foram consolidados apenas após a Segunda Guerra Mundial (1945) e corresponderam até o início da década de 70 como um processo de expansão da cidadania e dos direitos sociais.

O modelo de seguro social bismarckiano, conforme definido por Flores (2010), é constituído por contribuições compulsórias dos trabalhadores assalariados em troca de proteção social quando da ocorrência de situações onde o mesmo esteja incapacitado ou possua limitações permanentes ou temporárias ao trabalho, formando-se como uma cobertura dos riscos sociais que é apropriado de forma pessoal pelos trabalhadores quando o mesmo se encaixa nas condições necessárias. Instaura-se, dessa forma, a noção de cidadania e direitos derivada da participação dos indivíduos no trabalho assalariado, tornando essa uma condição fundamental para a generalização da lógica do seguro social nas políticas sociais. Dessa forma, faz-se com que a política de previdência social assumira uma estreita relação com o desenvolvimento do trabalho assalariado na sociedade. No Brasil, onde o modelo bismarckiano foi vigente até a década de 80, não houve a generalização do emprego, conforme ocorreu nos países onde o capitalismo já era

mais desenvolvido, o que limitou o acesso aos direitos previdenciários e de saúde para as pessoas que não participavam do mercado de trabalho assalariado que se estabeleceu no processo de industrialização. O baixo financiamento do Estado dificultou o reconhecimento da saúde como um direito social. Boschetti (2019) enfatiza que a seguridade social brasileira, ao incorporar princípios dos modelos bismarckiano e deveridgiana, restringiu a previdência aos trabalhadores contribuintes. A acentuada desigualdade social e o grande número de trabalhadores informais deixou sem acesso aos direitos da seguridade social uma enorme parcela da população.

Entre os anos de 1964 e 1974, metade dos trabalhadores brasileiros não tinham estavam excluídos do direito à saúde por não estarem no mercado informal de trabalho, evidenciando a ausência de proteção estatal a essas pessoas e deixando claro que existiam contradições no acesso à previdência e à saúde.

O autoritarismo presente durante o período da ditadura militar, conforme destaca Flores (2010), que levou ao cerceamento das liberdades políticas e civis, associada às desigualdades sociais e da distribuição de renda provocaram reações nos movimentos sociais, que clamavam por melhores perspectivas em relação ao acesso e ampliação da cidadania das classes menos favorecidas. Neste contexto sócio-político que surge a Constituição Federal de 1988, redefinindo a ótica de cidadania construída na experiência dos movimentos sociais e embates políticos. Nesta ótica, a população desprovida de direitos é composta por cidadãos que devem reivindicar e lutar por seus direitos, cobrando do Estado às condições necessárias para o exercício dos mesmos. O amparo social e acesso à saúde e outros direitos foi reconhecido como direito obrigatório que deve ser prestado a quem necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social e sem nenhum critério de seletividade, tendo por base a cidadania. Fica o Estado responsável por definir prioridades e disponibilizar recursos para o desenvolvimento de políticas sociais que atendam estes fins.

Como visto, a população que não tinha acesso a previdência lutava e reivindicava o acesso à mesma perante o Estado, sendo essa uma grande conquista. A seguir será abordado o surgimento do Instituto Nacional do Seguro Social 1990 (INSS).

4.5 O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Criado em 27 de junho de 1990 por meio do decreto nº 99.350, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é uma autarquia do Governo do Brasil vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social originado da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS. A saúde, juntamente com a previdência social e assistência social, constituem o tripé da seguridade social da classe trabalhadora.

O INSS (1990) recebe as contribuições para a manutenção do Regime Geral da Previdência Social, sendo o órgão responsável pelo pagamento das aposentadorias, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente e outros benefícios. Atualmente, operacionaliza o reconhecimento dos direitos dos segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que abrange mais de 50 milhões de segurados e aproximadamente 33 milhões de beneficiários, com base o ano de 2017. Caracteriza-se, portanto, como uma organização pública que presta serviços previdenciários para a sociedade brasileira.

No tópico a seguir será abordado as alterações da Previdência Social após a Constituição Federal de 1988 e como essas reformas atingem diretamente a população idosa.

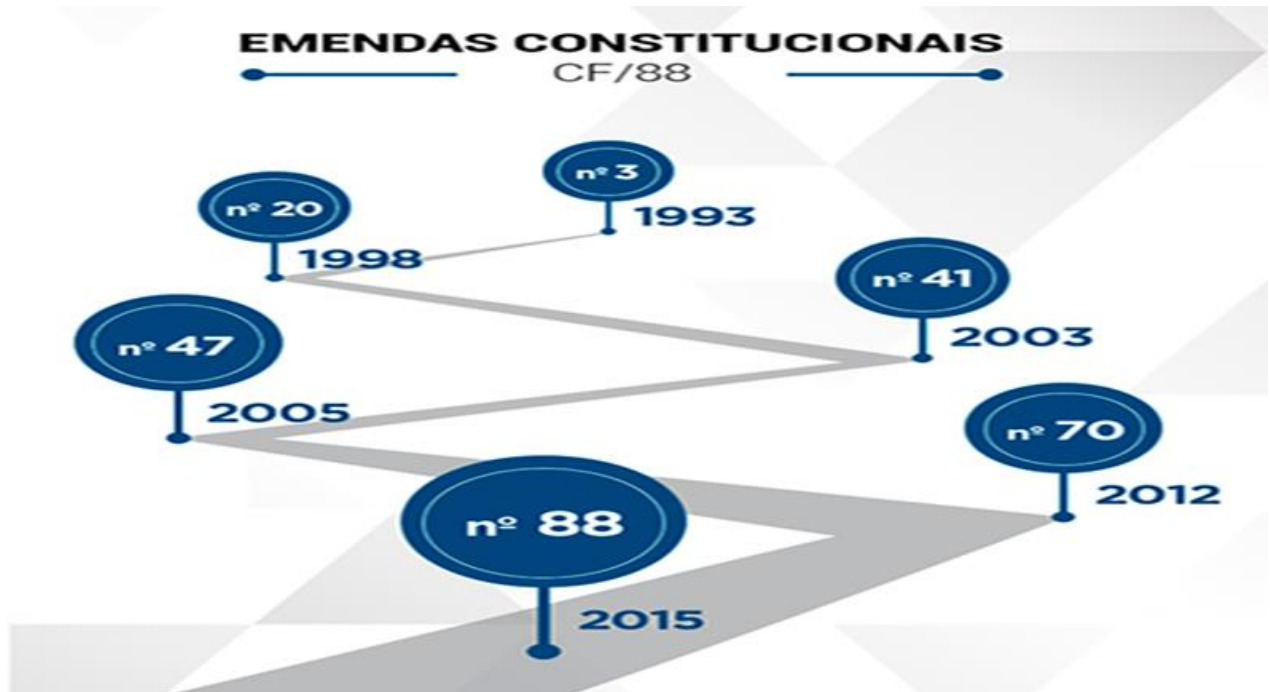
4.6 Previdência Social: Alterações após a Constituição Federal de 1998

O aumento do número de idosos no Brasil, conforme destacado no decorrer do presente projeto, possui impacto direto nas contas públicas. Enquanto as famílias estão cada vez menores e a expectativa de vida aumenta, temos menos jovens contribuindo com a Previdência Social e uma parcela crescente da população aposentada que receberá o benefício durante uma quantidade maior de anos.

Embora a reforma da previdência tenha ganhado um grande destaque no ano de 2019, no qual está sendo discutida e votada a mudança mais profunda em suas regras, a necessidade de realizar a mesma já foi discutida no decorrer de diversos governos. Desde a criação da Constituição Federal de 1998, já houve seis alterações que na forma como os cálculos e tempos de contribuição, bem como valores e benefícios que são de responsabilidade da Previdência são realizados. Em

comum, todas tiveram como principal objetivo o equilíbrio das contas públicas. A figura abaixo aponta os anos em que cada uma dessas mudanças foi realizada e a Emenda Constitucional que as estabeleceram:

FIGURA 01 – Emendas Constitucionais



Fonte: Condsef, Novembro/ 2018.

Conforme Gueller (2016), em matéria publicada pelo Estadão, a primeira reforma veio através da Emenda Constitucional nº 3/93, que instituiu contribuições da União e do servidor público para o custeio de suas aposentadorias e pensões.

A EC nº 20, de 1998, por sua vez já reconhecida como Reforma da Previdência por apresentar mudanças mais significativas que a EC nº 3/93 extinguiu a aposentadoria proporcional do regime geral. Tal EC constitucionalizou a questão de haver um tempo mínimo para contribuição, tanto no setor público quanto no privado, para os efeitos de aposentadoria, sendo estabelecida a idade mínima de 48 anos para as mulheres (com tempo mínimo de contribuição previdenciária de 25 anos) e de 53 anos para os homens (com tempo mínimo de contribuição previdenciária de 30 anos), entre outras alterações e manutenção de regras anteriores.

Em 2003, a EC nº 41 fixou tetos máximos para os vencimentos, aposentadorias e pensões nas esferas federal, estadual e municipal. Também foram

criadas contribuições para os aposentados e pensionistas do serviço público sobre o valor que superassem o teto máximo pago pelo regime geral. Gueller (2017) destaca ainda que foi determinado que o cálculo das aposentadorias e pensões fosse feito com base na média de todas as remunerações do servidor público.

A EC nº 47/05 criou critérios específicos para a aposentaria da pessoa com deficiência e das pessoas que exerçam trabalhos em condições especiais que prejudiquem a saúde e que exerçam atividade de risco. Para pessoas de baixa renda, foi estabelecida como forma de inclusão social a possibilidade de realizar a contribuição por conta própria, garantindo o pagamento de benefício no piso previdenciário de um salário mínimo. Tal regra foi importante para que trabalhadores autônomos pudessem garantir o acesso à previdência.

No ano de 2012, conforme descrito por Gueller (2017), a EC nº 70 determinou a revisão das aposentadorias por invalidez concedidas entre 1988 e 1993, de forma que o cálculo dos vencimentos fosse baseado na média salarial do servidor e não em seu último salário.

Por fim, em a EC nº 88/2015 alterou a aposentaria compulsória dos servidores para 70 ou 75 anos, conforme os termos da lei que regulamenta sua atividade. O surgimento da previdência social foi um grande avanço na efetivação de direitos, porem devido a expectativa de vida já mencionada no decorrer do trabalho, bem como os avanços tecnológicos o Estado brasileiro na contemporaneidade busca equilibrar suas contas públicas e através desses fatores busca-se efetivar uma reforma na previdência social vigente que se encontra ainda em votação no senado, questão essa abordada no próximo tópico.

4.7 A Reforma da Previdência de 2019

Embora as mudanças apontadas anteriormente tenham sido significativas, as mesmas ainda não foram suficientes para que o déficit público fosse sanado. Observamos que atualmente está em foco o debate acerca da reforma da nova Previdência Social Brasileira, que está sendo impulsionado pela perspectiva de vida do brasileiro além de outros fatores, especialistas econômicos dizem existe um déficit bilionário nas contas da previdência. Para que as contas da previdência estejam equilibradas se faz necessário que exista um número maior de trabalhadores em atividades remuneradas em relação ao número de beneficiários da

previdência, é o que tem preocupado os economistas e o governo brasileiro, haja vista a enorme proporção de população idosa que irá triplicar no decorrer dos anos.

Dados do IBGE divulgados em 2017 apontam que neste ano a proporção de dependentes (jovens e idosos) é de 54 para cada 100 pessoas economicamente ativas. A previsão para 2060 é que esse número seja de 87 para cada 100, um aumento de 61%.

Dessa forma, a questão da Reforma da Previdência é uma das principais pautas do governo que se iniciou no ano de 2019, causando uma grande discussão entre os que são favoráveis à mesma e os que são contra sua aprovação. O texto da nova reforma está avançando e altera mais uma vez diversos pontos para se ter acesso à Previdência Social.

Entre as principais alterações, conforme noticiado pelo jornal O Globo (2019), é o aumento da idade mínima para aposentadoria, que passa a ser de 62 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens. Tais regras valerão para quem ainda não começou a contribuir para previdência, sendo que aqueles que já possuem contribuição passam por regras de transição, onde a idade mínima subirá aos poucos, começando em 61 (homens) e 56 (mulheres) e terá acréscimo de 6 meses por ano. Em 2021, por exemplo, será de 62 (homens) e 57 (mulheres).

Em relação à pensão por morte, que anteriormente era de 100% do benefício, a nova reforma prevê a diminuição para 50%, acrescido de 10% por dependente. Dessa forma, uma viúva com dois filhos receberia 80% do valor do benefício (50% + 10% para a viúva + 10% para cada filho), sendo que quando os dependentes atingirem a maioridade, sua representação na parcela deixará de ser paga.

Caso aprovada, a nova Reforma da Previdência (2019) afetará diretamente a relação do idoso no mercado de trabalho. Será necessário um tempo maior para contribuição e idade mínima para aposentaria, forçando o idoso a permanecer mais tempo em um mercado de trabalho.

A seguir serão evidenciadas as demais informações coletadas através da entrevista realizada com os 21 idosos inseridos no mercado de trabalho do município de Presidente Prudente.

para abastecer de gêneros, criar escolas e trazer médicos para os novos habitantes do lugar.

A vinda da ferrovia da região de Sorocaba até o Sudoeste Paulista (nossa região) facilitou a chegada de mais colonos, atraídos pelas terras novas, e com isso foram se formando ao longo da linha férrea diversas vilas e povoações que hoje são cidades, como Martinópolis, Indiana, Regente Feijó e Rancharia, entre outras.

Segundo informações do site da prefeitura (2019), a cidade de Presidente Prudente foi emancipada de Conceição de Monte Alegre (hoje Paraguaçu Paulista) na década de 1910. A versão de sua etimologia é que o nome seja uma referência ao ex-presidente brasileiro Prudente de Moraes (Itu, 4 de outubro de 1841 – Piracicaba, 13 de dezembro de 1902), que foi um advogado e político brasileiro, primeiro governador do estado de São Paulo (1889-1890). Com a grande crise econômica de 1929, a economia dos municípios brasileiros ligados à cafeicultura sofreu grande abalo e Presidente Prudente passou a ter novas atividades econômicas, como o cultivo do algodão. A industrialização da cidade iniciou-se em meados da década de 1930.

Hoje a cidade de Presidente Prudente conta com os distritos de Ameliópolis, Eneida, Floresta do Sul, Montalvão e a Sede, subdivididos ainda em cerca de 220 bairros, tanto que passou a ser conhecida como a “Capital do Oeste Paulista”.

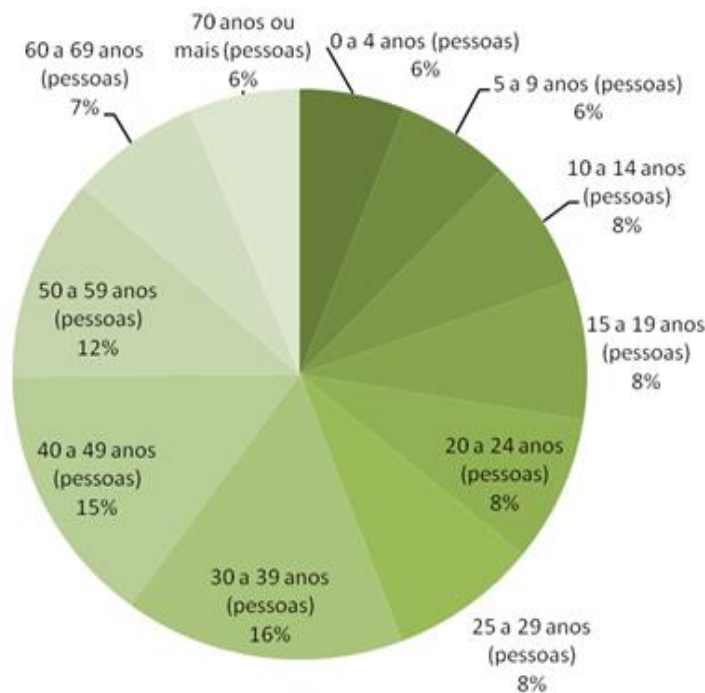
Segundo o último censo do IBGE em 2010, a cidade possuía cerca de 207.610 pessoas. Atualmente a população estimada para o ano de 2019 é de 228.743 habitantes, segundo a mesma fonte. Podemos assim verificar que o número populacional do município de Presidente Prudente aumentou. A seguir vamos demonstrar através de gráficos algumas características gerais da população prudentina.

5.1 Características Gerais da População

O gráfico abaixo representa a porcentagem de habitantes por sexo no município de Presidente Prudente referente ao censo de 2010. Segundo o IBGE (2010) neste ano o número de habitantes era de 207.610 pessoas, sendo 107.957 mulheres (52%) e de 99.652 homens (48%). Representando assim o maior número de natalidade referente ao sexo feminino no município.

Em relação à quantidade de pessoas por idade no município, representada no gráfico abaixo, a maioria da população está entre 30 e 39 anos, sendo que somente 6% estão entre 0 a 4 anos, o que demonstra a tendência de envelhecimento da população prudentina.

GRÁFICO 09 – Quantidade de Pessoas por Idade no Município de Presidente Prudente no Ano de 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010 – Gráfico elaborado pelas autoras

Assim, é possível identificar que o município de Presidente Prudente possui tendência ao envelhecimento, acompanhando a expectativa brasileira e mundial, visto que a maioria da população é considerada jovem conforme exposto no gráfico. Dessa forma o município se caracteriza na “Era do envelhecimento”, conforme citado anteriormente, o que requer uma atenção a população idosa, haja vista que na contemporaneidade a taxa de natalidade está sendo reduzida, se considerarmos a geração passada que era centralizada em grande número de filhos e sua forte ligação ao trabalho.

O próximo tópico apresenta algumas considerações a respeito da economia do município de Presidente Prudente.

5.2 Economia do Município de Presidente Prudente

Presidente Prudente possui o 132º Maior PIB do Brasil, segundo dados do IBGE (2016), o que equivale a R\$33.101,42 per capita no ano de 2016.

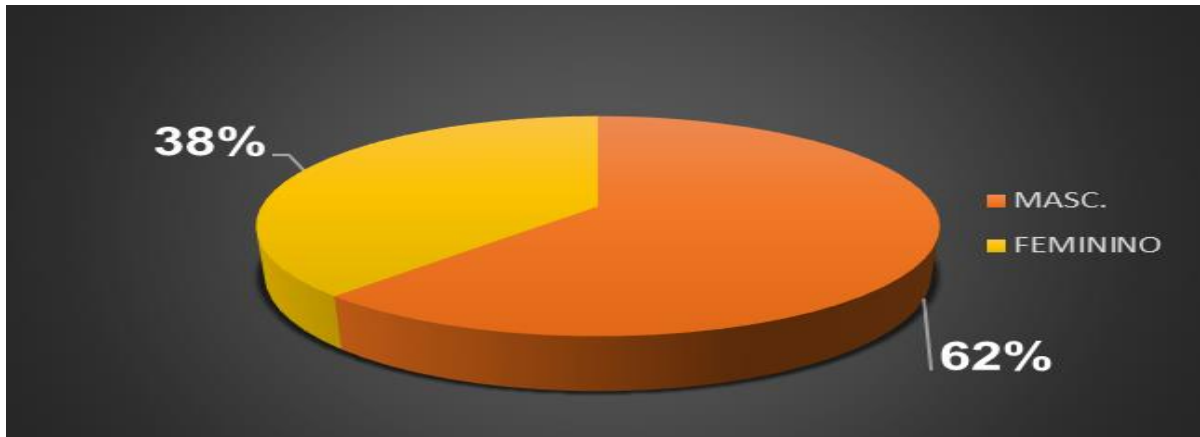
A economia do município é pautada principalmente no setor terciário, que concentram a prestação de serviços. O salário mensal dos trabalhadores formais no ano de 2017 era de 2,6 salários mínimos, e a taxa de pessoas ocupadas no município gira em torno de 34% segundo o IBGE (2017).

Ainda segundo dados do Atlas Brasil (2010) a renda per capita média de Presidente Prudente cresceu 51,89% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 711,20, em 1991, para R\$ 954,44, em 2000, e para R\$ 1.080,22, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,22%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,32%, entre 1991 e 2000, e 1,25%, entre 2000 e 2010.

A seguir será abordado o perfil dos idosos que se encontram ainda ativos no mercado de trabalho, alvo da presente pesquisa realizada no município, serão apresentados dados como: níveis de renda, profissões variadas, campo de atuação no mercado de trabalho, dentre outros fatores.

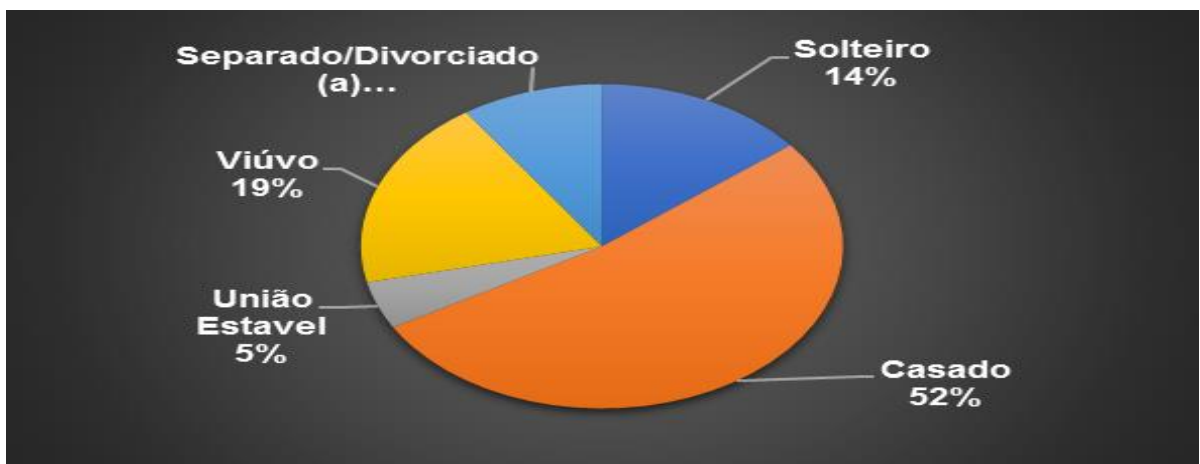
6 A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO DE PRESIDENTE PRUDENTE

GRÁFICO 10 – Sexo



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

GRÁFICO 11 - Estado Civil



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

Conforme o gráfico 10 podemos identificar que 62% dos entrevistados pertencem ao sexo masculino e isso reflete na desproporção frente ao sexo feminino.

A pesquisa demonstra que proporcionalmente existem mais homens idosos no mercado de trabalho devido ao fato de que as mulheres encontraram e encontram atualmente dificuldades de inserção, dificuldades estas geradas principalmente pelo contexto histórico da época em que as mesmas eram designadas pelo papel social como donas de casa, cuidados com os filhos e com a

família, reservando aos homens o papel de provedor da casa, o que pode ser representado através do gráfico 11 onde aponta que 52% são casados.

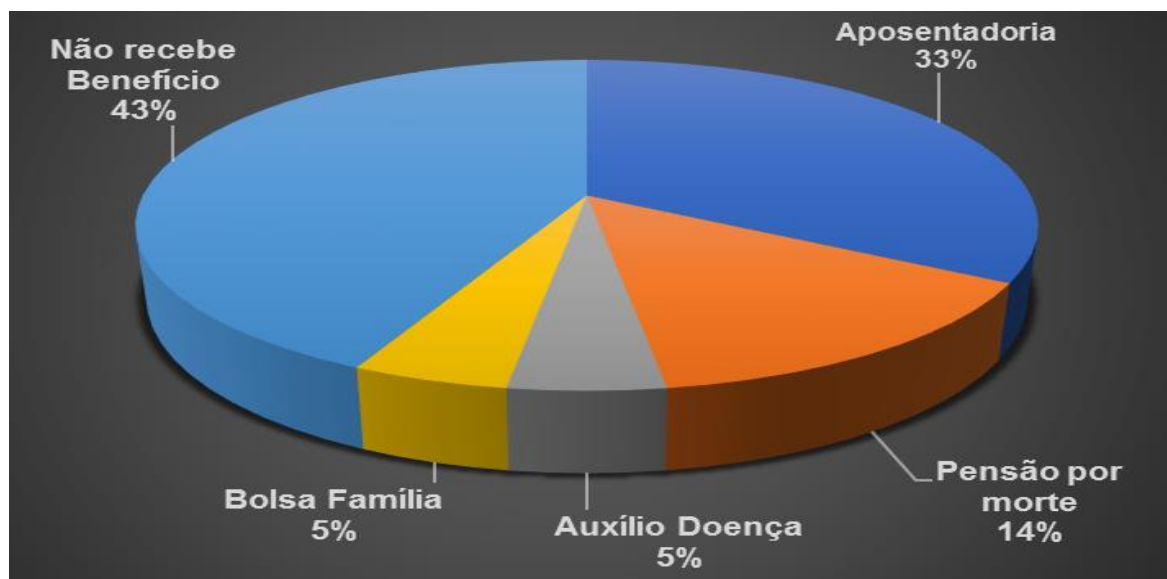
De acordo com os pensamentos de Mazei (2006, p.23) após a revolução industrial:

Mesmo após o período referente à revolução Industrial, o qual permitiu, de certa forma, uma acentuada inserção feminina no espaço produtivo industrial, as tarefas domésticas continuavam reservadas exclusivamente à mulher, ou seja, aos poucos foi se organizando a família operária patriarca: marido provedor e esposa provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho que se mantém até o presente momento.

Diante do exposto é válido ressaltar que na contemporaneidade as mudanças relativas ao mundo do trabalho e feminização avançaram, porém não o suficiente para eliminar as desigualdades existentes entre homens e mulheres no mercado de trabalho, pois a realidade brasileira se estrutura em desvantagens historicamente acumuladas.

Nesse sentido o município segue a mesma tendência mundial onde mulheres possuem menos assentos no mercado de trabalho em relação aos homens.

GRÁFICO 12 –Tipo de benefício



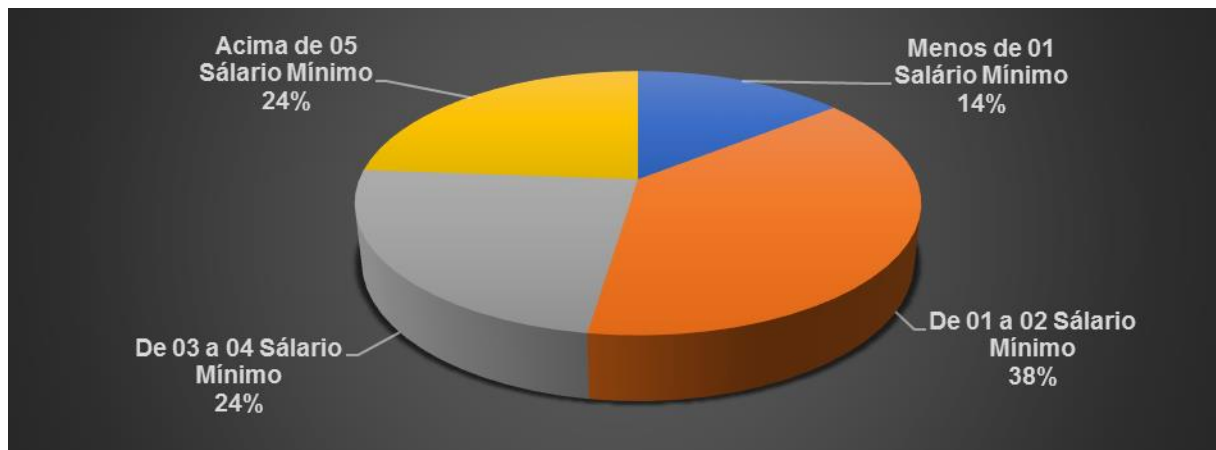
Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

Identificamos que os idosos entrevistados que não recebem nenhum tipo de benefício totalizaram 43% é um indicador que se assemelha aos indicadores

mundiais que segundo a Organização Internacional do Trabalho 2014 (OIT) ao menos 48% da população mundial em idade de se aposentar não recebem nenhum tipo de benefício. Esse fato por si só já revela que parte desses trabalhadores em idade de se aposentar necessitam ainda se manter ativo e continuar trabalhando para manutenção da subsistência e sentir-se participante do mercado de trabalho.

Os valores recebidos pelos benefícios pagos a esses idosos variam de menos de 1 salário mínimo a 2 salários mínimos, o que leva esses idosos a buscarem complementar sua renda através do trabalho, ainda que muitas vezes de forma precária no mercado de trabalho.

GRÁFICO 13 – Renda



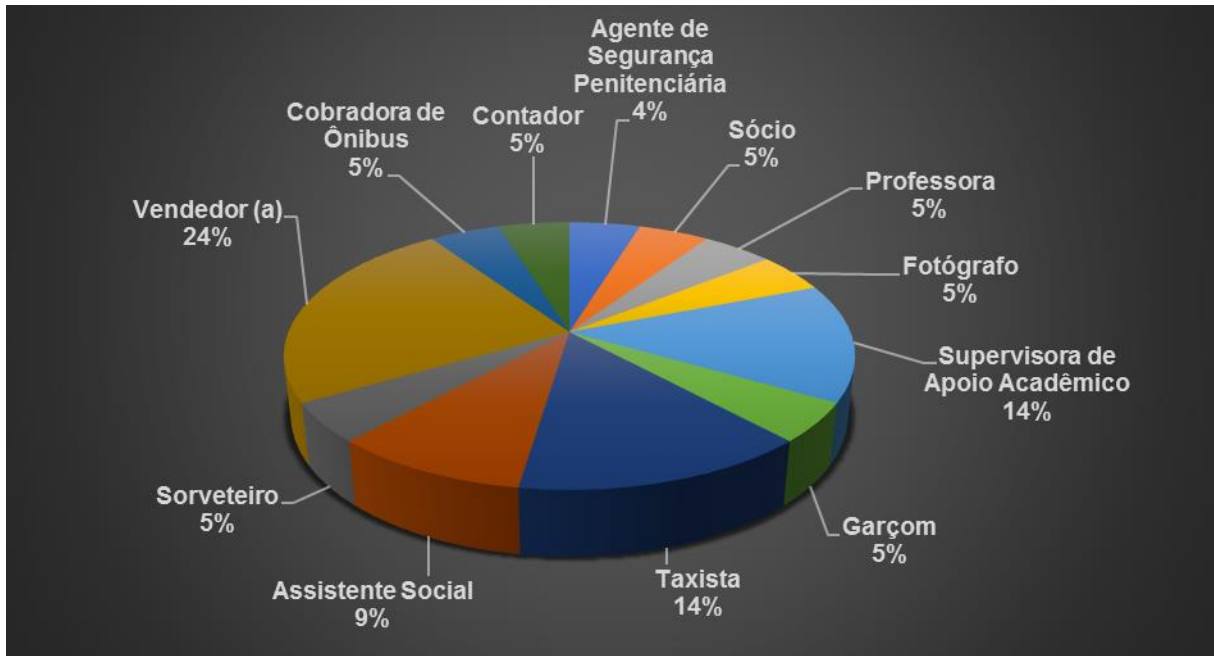
Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

Em relação ao valor que o trabalho exercido acrescenta à renda mensal, 38% está compreendido entre as faixas de 0 a 2 salários mínimos e 14% recebem menos de 1 salário mínimo. Esse percentual representa os idosos inseridos na informalidade cuja profissões descritas no gráfico 14 que correspondem aos idosos que atuam no campo informal. Nota-se que o percentual que recebe acima de 5 salários mínimos 24% é constituído em sua maioria pelos entrevistados que possuem ensino superior completo. De fato, existe a relação direta entre o nível de escolaridade e renda entre os entrevistados.

Tais condições nos mostram que em muitos casos esse idoso é inserido no mercado trabalho informal de forma precária, sem condições dignas ou com proteções previdenciárias; ou ainda no mercado formal aceitando menores salários para completar a renda recebida pela aposentadoria, o que vem corromper o sentido da aposentadoria, que de certa forma remete a liberdade do trabalho,

sendo considerada um direito, êxito do trabalhador devido aos seus longos anos de esforço, dedicação pelo trabalho.

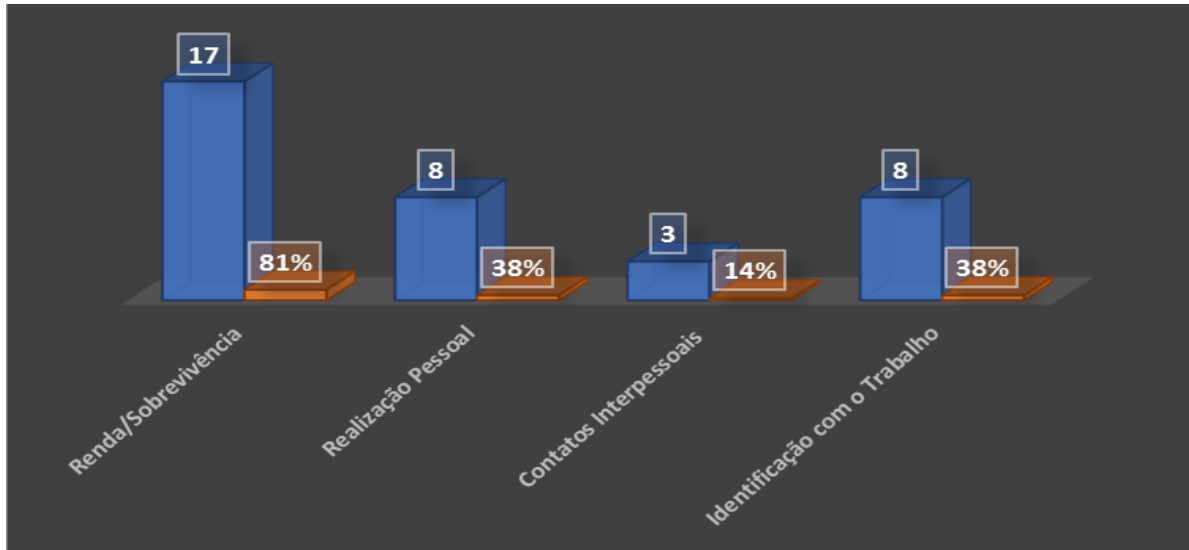
GRÁFICO 14 – Profissão



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

Em relação às profissões referente aos idosos da pesquisa, encontrou-se uma variedade considerável, sendo a mais frequente atividade de Vendedor(a) 24% o que nos leva a entender que devido ao nível de escolaridade esses idosos procuram um campo de trabalho com menores exigências curriculares, sendo essa mão de obra absorvida pelo ramo de venda informal.

Em contrapartida se analisarmos entre os entrevistados que possuem nível superior, é possível identificar que as profissões já se encontram voltadas para a atividade formal de trabalho, tais como: professor, assistente social e contador, sendo estes situados no setor público e privado.

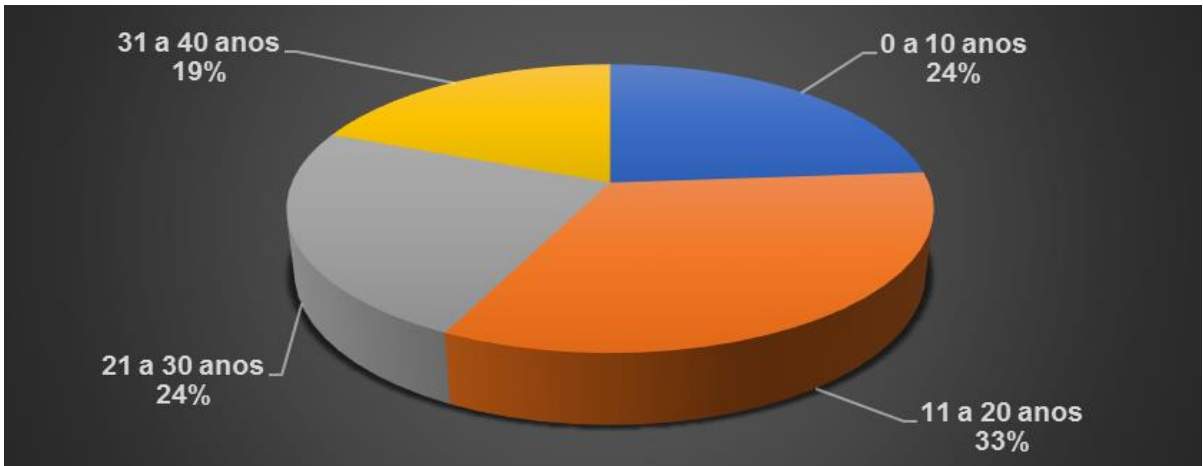
GRÁFICO 15 – Motivo de inserção no mercado de trabalho

Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

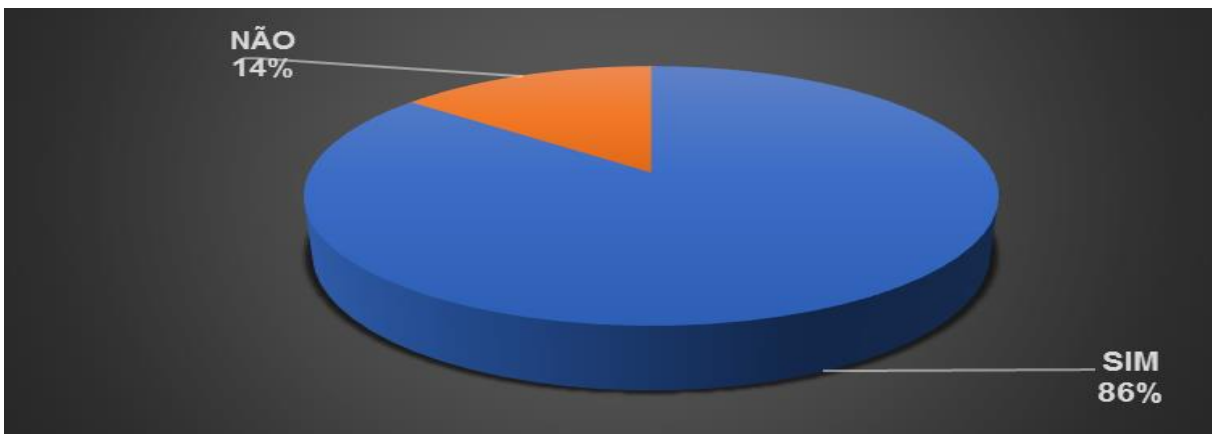
Analisando o motivo em que os idosos entrevistados ainda estão inseridos no mercado de trabalho, 81% deles indicaram que é pela questão de renda/sobrevivência. Confirmando o que foi demonstrado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE 2012, que ressalta que apesar dos idosos pertencerem ao grupo com menor participação no mercado de trabalho, eles vêm adiando cada vez mais a saída. Esta participação aumentou de 5,9% para 7,2% entre os anos de 2012 e de 2018, totalizando 7,5 milhões de pessoas idosas. A pesquisa ressalta que a dificuldade financeira é um dos maiores motivos para este número crescente.

Ainda conforme os motivos demonstrados pelo gráfico com 38% vêm a realização pessoal e a identificação com o trabalho e 14% contatos interpessoais, podemos identificar que apesar da renda ser um dos principais motivos para o idoso permanecer no mercado de trabalho, o mesmo tem uma identificação com o trabalho, gosta do que faz sente se realizado. Podendo ser confirmada esta afirmação através do depoimento do idoso F.J.M:

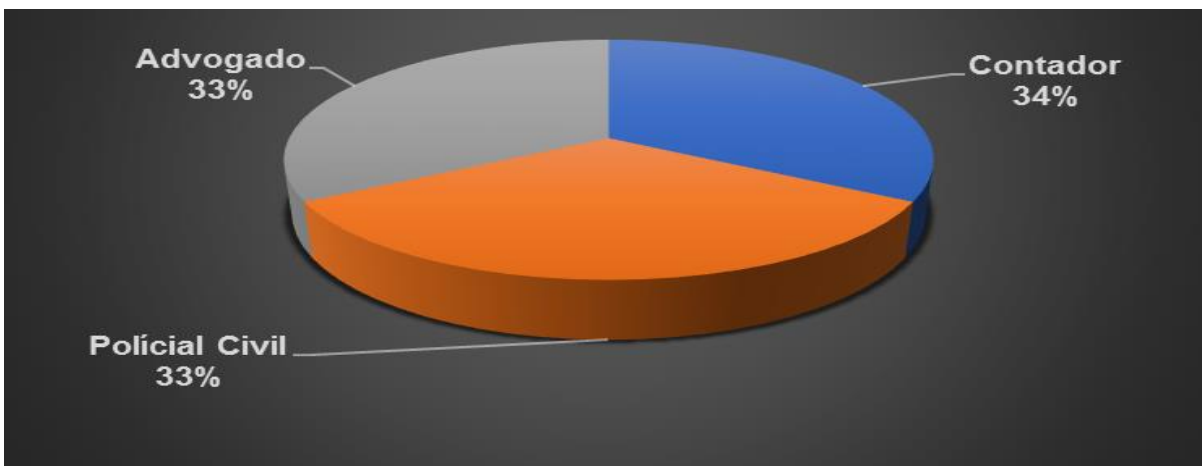
“Eu gosto de trabalhar adoro o que faço, me sinto feliz. Não gostaria de ficar deitado no sofá o dia todo, estar no mercado de trabalho é saúde”.

GRÁFICO 16 – Permanência no trabalho atual

Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

GRÁFICO 17 – Identificação com o trabalho

Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

GRÁFICO 18 – Campo desejado de trabalho

Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

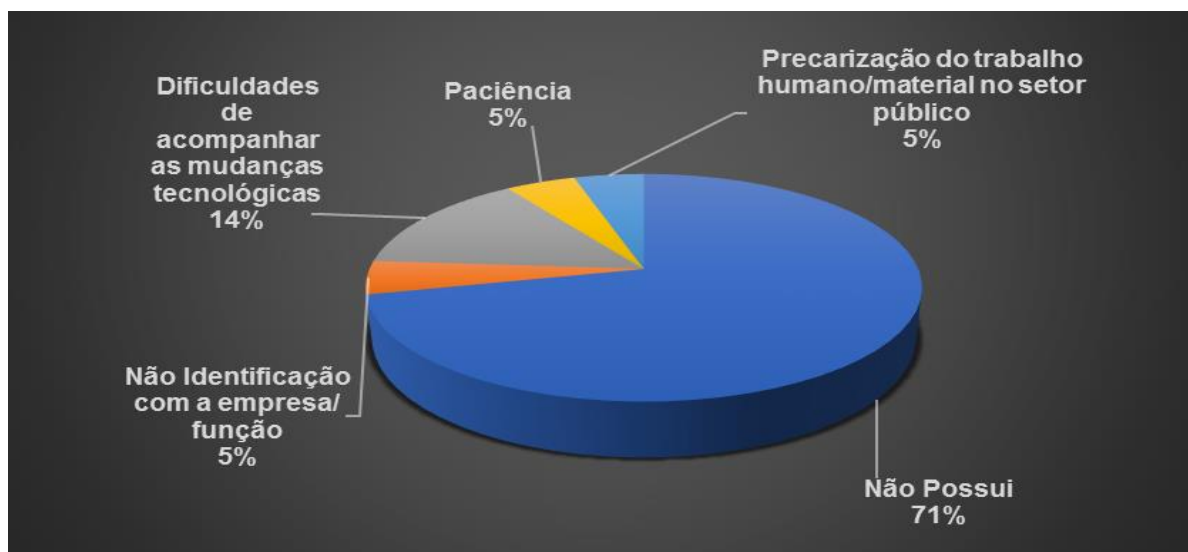
Através do gráfico 16 de permanência no trabalho atual, podemos analisar que não há rotatividade de emprego entre os idosos pesquisados, os mesmos persistem por longos anos no mesmo campo de trabalho, o que é representado pela porcentagem de 33%.

Podemos elencar que em relação a esta permanência alguns fatores são relevantes, tais como estabilidade, a questão de já possuir idade avançada; no sentido de não buscar novos desafios, com receio de perder o emprego atual e não ser aceito ou não se identificar com novo campo de trabalho. Haja vista que a identificação com o trabalho e o ambiente do mesmo são fatores que contribuem para essa permanência.

Além de permanecerem por muito tempo no mercado de trabalho de acordo com o gráfico 17, podemos analisar que 86% dos idosos se identificam com o trabalho realizado, sendo que dentre os 21 entrevistados apenas 03 não se identificam com o campo atual de trabalho, o que pode ser representado através do gráfico 18 que expõe os campos desejados de trabalho.

Os idosos entrevistados tem uma forte ligação de identificação com o trabalho, o que se relaciona com o que foi exposto no tópico sobre a categoria fundante do trabalho. Entendemos que o homem se torna ser social através do trabalho, pois através dele o homem estabelece relações sociais, na qual o processo histórico de construção de sociedade e individuo se fundamentam na categoria trabalho.

GRÁFICO 19 – Desafio para permanência no mercado de trabalho



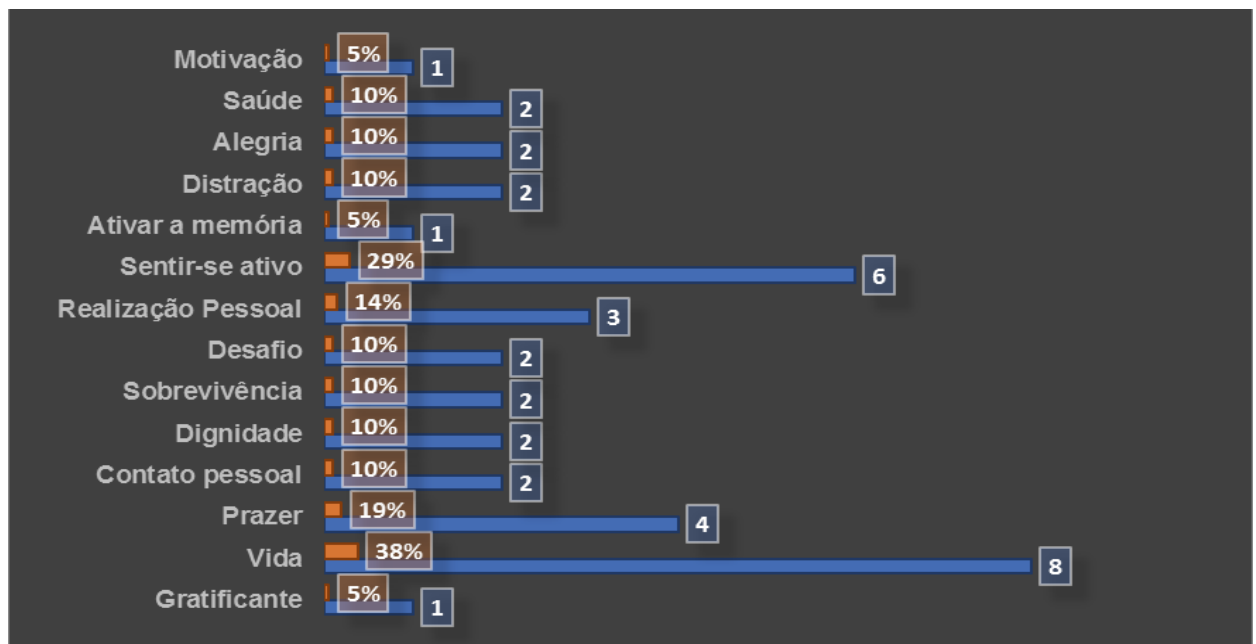
Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

A pesquisa aponta que 71% dos entrevistados relataram que não possuem desafio para permanência no mercado de trabalho, o que é demonstrado pelo fato de estarem inseridos no mesmo por muitos anos. Também é destaque na pesquisa que 14% dos idosos alegaram que encontram dificuldades devido as mudanças tecnológicas.

Outro desafio identificado é a falta de paciência, correspondendo a 5% das respostas dos entrevistados. Neste sentido é fato que o mercado de trabalho possui preferência na seleção de pessoas jovens e com agilidade, dificultando assim a relação de trabalho da equipe entre os mais jovens e a pessoa idosa, resultando muitas vezes na falta de empatia e conseqüentemente de paciência.

Assim, outro dado relevante está 5% dos entrevistados que não possuem identificação com a função e a empresa de trabalho, o que mostra que a permanência ocorre pela falta de outras oportunidades de trabalho ao idoso. A precarização do trabalho humano/material no setor público também foi outro fator destacado em 5% das respostas dos entrevistados, o que permite observar que mesmo para o idoso que se encontra trabalhando no âmbito da esfera pública, este não possui condições humano/materiais dignas de trabalho.

GRÁFICO 20 – Significado do trabalho



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

Os motivos que incidem sobre a continuidade desses idosos no mercado de trabalho, assim como o significado do trabalho estão para além do financeiro, eles se traduzem nos fatores discriminados no gráfico acima.

Para 38% trabalhar significa vida; 29% trabalham para se sentirem ativos; 19% relacionam o trabalho ao prazer, seguidos de 14% de realização pessoal. O que nos leva a analisar que para estes idosos o trabalho esta relacionado para além da necessidade, ele esta ligado não só a uma questão de sustentabilidade, mas sim de crescimento pessoal. Na fala dos entrevistados podemos observar que o trabalho esta inserido em seu cotidiano desde o período da infância, o que pode ser demonstrado através da fala do idoso:

“Não é bom! Trabalho desde os 12 anos de idade”. (P.F.L)

Assim, podemos compreender que o trabalho esta inserido em seu contexto de vida desde muito pequenos, onde o costume e a tradição do trabalho se mantém vivas até os dias atuais para esses idosos. Demonstrando a dificuldade deles em vivenciar o ócio.

Esses fatores se concretizam nas falas dos entrevistados a seguir:

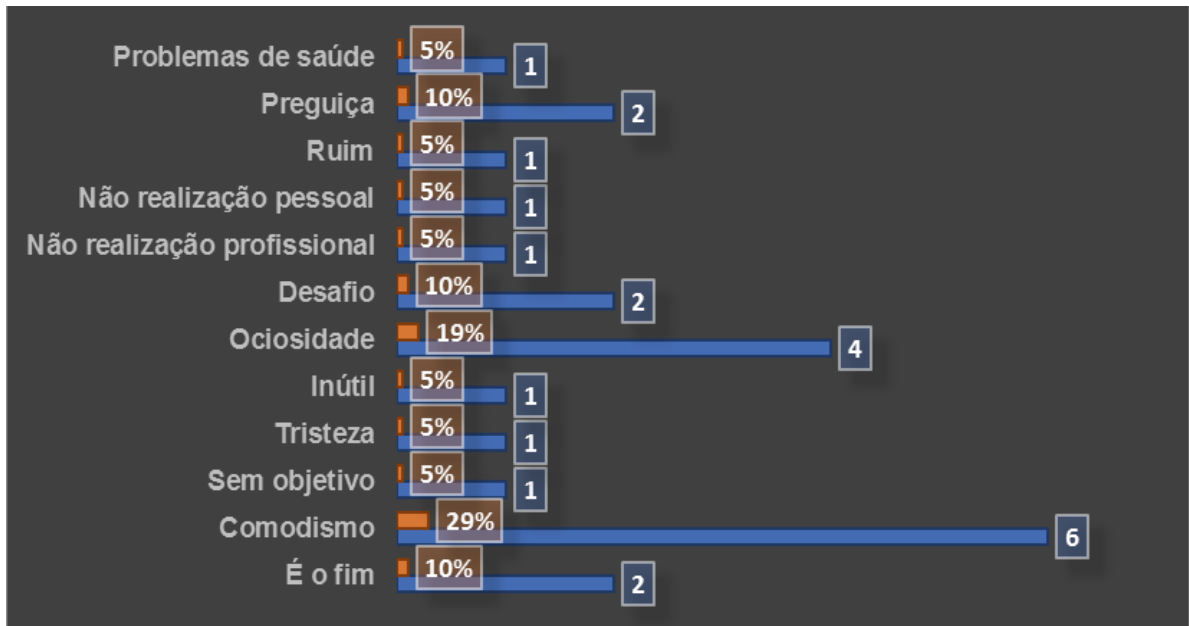
“É uma necessidade para além do financeiro, de comunicação, relacionamento e se manter ativo”. (J.M.M)

“Trabalho é vida”. (L.S.F.)

“Uma fonte de vida, energia pelo fato de ser aposentada é algo me preenche pessoalmente e profissionalmente”. (F.E.R)

“Motivação, deixa ativa, feliz, saúde... é tudo”. (C.M.V)

“Trabalho significa estar ativo. Ser capacitado profissionalmente para desempenhar uma função, faz parte da vida do ser humano”. (I.M.B)

GRÁFICO 21 – Significado de não trabalhar

Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

O gráfico apresenta alguns fatores referente ao significado de não trabalhar, ou seja, não estar inserido no mercado de trabalho. Como podemos visualizar diante das respostas dos 21 entrevistados os fatores descritos estão relacionados a aspectos negativos, demonstrando o que já foi abordado anteriormente. Podemos analisar também que mesmo diante do avanço capitalista e das mudanças tecnológicas para esses idosos o trabalho ocupa papel central em sua vida.

A seguir estão alguns relatos dos entrevistados sobre o significado de não trabalhar:

“Significa ficar uma pessoa ociosa, parada e isto acaba tendo como resultado o adoecimento”. (I.M.B)

“Não é bom! Trabalho desde os 12 anos de idade”. (P.F.L)

“Não realização pessoal e profissional”. (F.E.R)

“Esperar o fim da vida” (J.M.M.)

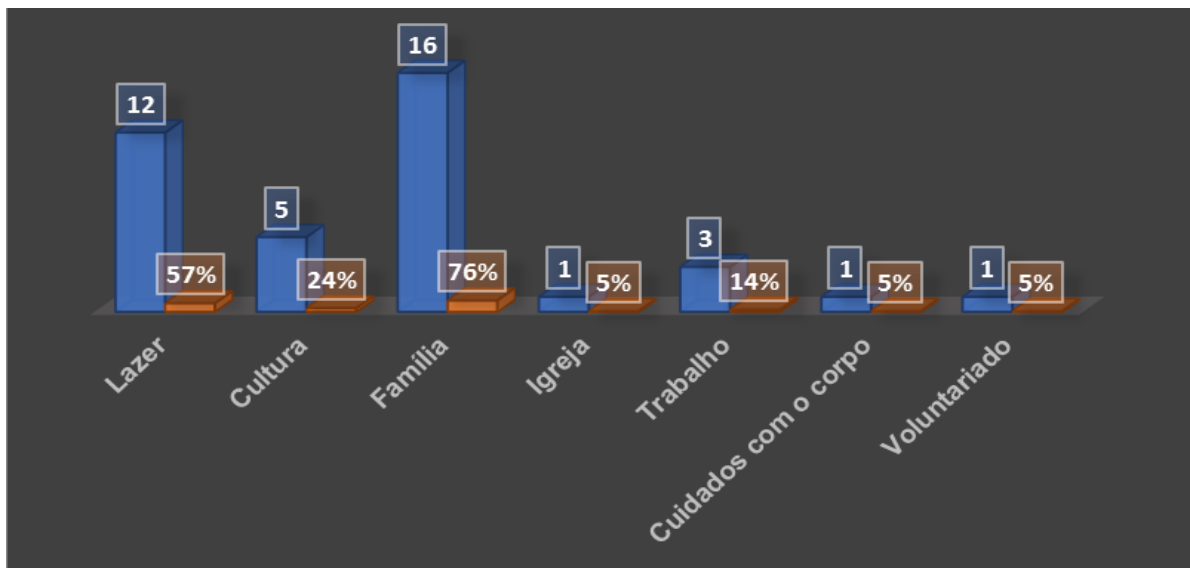
“Ficaria triste”. (M.P.P.)

“Comodismo, sem objetivos”. (J.S.S.)

O significado do trabalho é reafirmado através de uma cultura do trabalho, onde a geração desses idosos foram fortemente submetidos, o que é evidente através das falas onde eles nos trouxeram que seus pais trabalhavam duro

para a subsistência da família, o que foi transmitido como forma de legado aos filhos, que assumiam responsabilidades desde muito novos, o que faz com que esses idosos não aceitem que uma pessoa fique sem trabalhar. Essa não aceitação se traduz nas falas deles acima, e no resultado da pesquisa onde quem não trabalha é tido como: acomodado, ocioso e preguiçoso.

GRÁFICO 22 – Projetos de vida para além do trabalho



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras

Conforme exposto nos dados gráficos em relação a projetos de vida para além do trabalho, ou seja, o período em que o idoso não está realizando uma atividade laboral, dentre os fatores de mais destaques entre os entrevistados estar com a família é a principal atividade realizada, representando o percentual de 76% das respostas. Seguidos de 57% que gostam de realizar alguma atividade de lazer.

O fato de que estar com a família é um dos principais projetos de vida desses idosos, entendemos que se deve ao fato deles passarem longos anos trabalhando, o que fez com que muitas vezes tivessem que abrir mão de estar junto aos familiares, trazendo como consequência o desejo de se passar mais tempo com seus familiares.

Porém, vale ressaltar que diante das respostas, para aproximadamente 14% dos entrevistados, o fator trabalho ainda permanece como atividade realizada pelos idosos até em suas horas de descanso, o que reafirma a cultura do trabalho, fortalecendo sua identidade como trabalhador.

7 CONCLUSÃO

A realização da pesquisa sobre o envelhecimento na sociedade contemporânea: uma visão do trabalhador idoso no município de Presidente Prudente foi uma construção riquíssima para todas nós pesquisadoras, pois nos permitiu sair de uma visão reduzida sobre idosos e mercado de trabalho e entender na prática, no real movimento dialético como esses idosos estão inseridos no mercado de trabalho, assim como o que pensam a respeito dessa atuação.

Para nos levar a essa dimensão de totalidade iniciamos refletindo como se dá o processo de envelhecimento situando conceitos como velho, idoso e terceira idade, e como foram construídos ao longo da história. A expectativa de vida também foi analisada, juntamente com a construção sócio histórica e cultural e a forma acelerada como o Brasil tem envelhecido, como tem vivido a era do envelhecimento.

Outro ponto que foi analisado é a formação da categoria trabalho, assim como as transformações no mundo do trabalho e os impactos na vida do trabalhador idoso. O arcabouço jurídico para proteção da pessoa idosa também foi abordado para nos levar ao entendimento que essa população possui direitos e deveres e que a forma de tratamento aos idosos ao longo da história foi se alterando e a sociedade brasileira foi conquistando de forma legal sua forma de proteção. Todavia, essas conquistas históricas não devem ser materializadas somente no papel e na letra da lei, devendo esses direitos ser materializados diariamente na vida dessa população.

Abordamos o surgimento da previdência, que foi concretizado através de ações entre o poder público e a sociedade civil, assegurando os direitos relativos a cidadania do trabalhador, em especial aos idosos, a previdência vem no sentido de concretizar o direito de igualdade contido na Constituição Federal de 88. Ao longo de sua existência a previdência passou por diversas alterações, sendo a mais recente e ainda em tramitação no governo federal a de 2019, que não foi concluída porém traz consigo diversos impactos na vida do trabalhador brasileiro em especial aos idosos, que com as alterações tendem a ficar por mais tempo no mercado de trabalho e o obrigando a contribuir por mais tempo com a previdência, aumentando assim a idade mínima para se aposentar.

Para situarmos o contexto da pesquisa, trouxemos um breve histórico do município de Presidente Prudente e as características etárias da população e a

sua economia. Para construção da pesquisa entrevistamos ao todo 21 idosos acima de 60 anos que estão inseridos no mercado de trabalho, bem como identificamos quem são esses idosos, seu grau de escolaridade, se recebem benefícios sociais e a forma como estão inseridos no mercado de trabalho. A renda respectiva desses idosos e a profissão de cada um, bem como o que eles pensam sobre a categoria trabalho e o significado de não trabalhar, dentre outros aspectos.

Em um processo de entendimento de como esses idosos vivem pensam o trabalho identificamos os valores culturais incorporados nessa categoria, o fato social que implica na identidade desses idosos, assim como o prazer que possuem em continuar trabalhando.

Outra consideração relevante é a forma como cada idoso traz o significado do trabalho de forma individualizada, porém que reflete no contexto geral dos pesquisados, no qual é nítido que a realização pessoal se dá através de suas atividades laborais. Os números nos mostraram que os idosos se sentem ativos trabalhando e se sentindo úteis.

A reflexão sobre o trabalho aponta que os idosos possuem um histórico de construção que parte da invisibilidade para a visibilidade e efetivação de direitos, que ainda possui grandes desafios para que, de fato a lei se materialize em seu cotidiano.

Homens e mulheres idosos estão presentes no dia a dia, mesmo após longos anos dedicados ao trabalho, e com o desejo de verem seus direitos materializados na busca da cidadania e dignidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a negação do trabalho. São Paulo: Bom Tempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez.1997

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

Atlas Brasil. **Atlas do desenvolvimento humano**. Disponível em:

http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/presidente-prudente_sp Acesso em 27 out 2019.

BARRETO, Maria Leticia. **Admirável mundo velho**: velhice, fantasia e realidade social. São Paulo: Ática S.A: Fapesp, 1992.

BEAUVOIR. Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSCHETTI, Ivete. **Seguridade social no Brasil**: Conquistas e limites a sua efetivação. Disponível em:

http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_conquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf. Acesso em: 29 set. 2019.

BRAGA, Sônia Faria Mendes Braga. **As políticas públicas para os idosos no Brasil**: a cidadania no envelhecimento. EnAPG, 2008. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnAPG500.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 out. 2003.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741compilado.htm. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. Lei n.99.350, de 27 de junho de 1990. **Instituto Nacional do Seguro Social**., Brasília, DF,28 Jun.1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99350.htm > Acesso em: 30 set 2019.

_____. Nações Unidas. **A Onu e as Pessoas Idosas**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/> >. Acesso em Mai 2019.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R; WANDERLEY, L.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da velhice**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

_____. **Envelhecimento e curso da vida**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12564/11720>. Acesso em: 06 mai. 2019.

_____. **Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice**. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38491807/PRESSUPOSTOS_VELHICE.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1554597565&Signature=9EgSBZdzK0xmcvHpYsyllpAG0F0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DPRESSUPOSTOS_DA_REFLEXAO_ANTROPOLOGICA_S.pdf. Acesso em: 06 mai. 2019.

E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2004.

EXAME, Abril. **Em 2060, 100 trabalhadores sustentarão 63 aposentados**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/em-2060-100-trabalhadores-sustentacao-87-aposentados/>. Acesso em: 20. out. 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Idosos no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

FÉLIX, Jorge. Idoso e mercado. In: **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO; Ana Amélia;

GIACOMIN; Karla Cristina (org.). Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9092/1/O%20Idoso%20e%20o%20mercado.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

FLORES. Taís Leite. **O benefício de prestação continuada (BPC) na seguridade social: reflexões sobre a atuação dos assistentes sociais do INSS na perspectiva da cidadania**. Universidade de Brasília - UNB, outubro de 2010.

FRAGA, Érica. FERNANDES, Anais. **Brasil é o 4º país em que expectativa de sobrevida aos 60 anos mais cresce**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/brasil-e-4o-pais-em-que-expectativa-de-sobrevida-aos-60-anos-mais-cresce.shtml>. Acesso em: 03. mai. 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 48. ed. Recife: Global, 2003. Disponível em: edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229314/mod_resource/eriódic/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala.pdf. Acesso em: 01 mai. 2019.

GUELLER, Marta. **Brasil já fez seis reformas nas regras da previdência.** Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/blogs/o-seguro-morreu-de-velho/brasil-ja-fez-seis-reformas-nas-regras-da-previdencia/>. Acesso em: 10 jul.2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. & CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no brasil.** São Paulo: 10 ed. Cortez, 1982.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Município de Presidente Prudente.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 06 mai. 2019.

INSS. Instituto Nacional do Seguro Social. **Institucional.** Disponível em: <https://www.inss.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/>. Acesso em: 09 nov. 2018.

_____. **Matriz teórico-metodológica do serviço social na previdência social.** Disponível em: <http://cresspr.org.br/wp-content/uploads/arquivos/matrizteoricometodologicassprevsociall.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Desafios da nação/2018.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180327_desafios_da_nacao.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

KACHAR, Vitória. **Terceira idade & informática: aprender revelando potencialidades.** São Paulo: Cortez, 2003.

LABOISSIÈRE, Paula. **OIT: quase metade dos idosos no mundo não recebe aposentadoria.** Agência Brasil, EBC, Brasília, DF, 01 out. 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-10/OIT-quase-metade-dos%20idosos-no-mundo-n%C3%A3o-recebe-aposentadoria>. Acesso em: 20 out. 2019

LAURELL, Asa. C. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002

LESSA, Sérgio A. Centralidade Ontológica do Trabalho em Lukács. In: **Serviço social & sociedade.** São Paulo, ano 17, n. 52, p. 21, dez. 1996.

_____. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** Disponível em: <http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/introdufilomarx.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2019.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, Ruth Gelehrter da Costa. **Saúde na velhice**: as interpretações sociais e os reflexos no uso do medicamento. São Paulo: Educ, 2000.

MARX, Karl. **O capital**: crítica a economia política. O processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Boitempo, 2017.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**., São Paulo: Scrita.1995.

MEDINA. Damares. **Reformas previdenciárias, aposentadoria dos servidores e mutação constitucional**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-abr-22/observatorio-constitucional-reformas-previdenciarias-aposentadoria-servidores-mutacao-constitucional>. Acesso em: 10. jul. 2019.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. Biblioteca Básica de Serviço Social, v.1. São Paulo: Cortez, 2006.

O GLOBO. **Reforma da previdência**: entenda a proposta. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/reforma-da-previdencia-entenda-proposta-em-22-pontos-19744743>. Acesso em: 10. jul. 2019.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/MARE/CadernosMare/CADERNO01.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2019

PINTO, Sandra Lúcia Aparecida; SOUZA, Luciana Cristina de. **Tecnologia e trabalho na era da informação**. Scientia Iuris, Londrina, v. 21, n. 3, p.99-124, nov. 2017. DOI: 10.5433/2178-8189.2017v21n3p124. ISSN: 2178-8189. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/28248/22326>. Acesso em: 12 ago. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. **A cidade**. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/acidade.xhtml>. Acesso em: 19. set. 2019

SILVA, Patrícia Rodrigues da. SACHUK, Maria Iolanda. **Transformação do trabalho**: implicações para o futuro das pessoas e das organizações. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rad/article/view/4790/4235>. Acesso em: 04 ago. 2019

SOUZA. Sandra Maria Nascimento. FELIPE. Thayza Wanessa Silva Souza. **A construção da categoria velhice e seus significados**. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/1384>. Acesso em: 06 mai. 2019.

ZIMERMAN, Guite. **Velhice**: Aspectos Biopsicossociais. São Paulo: Artmed AS, 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Instrumental para Entrevista

PESQUISA: O Envelhecimento na Sociedade Contemporânea: Uma visão do Trabalhador Idoso no Município de Presidente Prudente.

1. Nome _____
2. Sexo: [] F [] M
3. Idade: _____
4. Escolaridade: () Analfabeto () Ens. Fund. Incompleto.
 () Ens. Fund. completo () Ens. Médio Incompleto
 () Ens. Médio completo () Ens. Técnico (médio)
 () Ens. Sup. Incompleto () Ens. Superior completo
5. Estado civil:
 () Solteiro(a) () Casado(a) () União Estável () Viúvo(a)
 () Separado/Divorciado
6. Atualmente com quem o Sr. (a) reside?
 () Esposo (a)
 () Filhos (a).
 () Sozinho (a)
 () Outros. Quais? _____
7. Recebe benefícios sociais:
 () Não () sim. Qual? _____ Valor? _____
8. Situação Ocupacional:
 () Desempregado
 () Trabalho Formal
 () Trabalho Informal (Sem vínculo Empregatício)
 () autônomo
 () aposentado
 () Não Exerce atividade Laborativa
 () Aposentado mas continua trabalhando
 8.1 – Continua trabalhando () Sim () Não
 Se Sim:
- 9- Quais os motivos de continuar trabalhando:
 () renda (sobrevivência)
 () status social
 () realização pessoal
 () possibilidade de estabelecer e manter contatos interpessoais.
 () valoriza a importância de estar no o mercado de trabalho (significado do trabalho/identidade do trabalho)

() outros. Quais: _____

Se trabalha:

Qual a empresa: _____

Qual o cargo: _____

Salário (renda):

() menos de 1 salário mínimo.

() 1 a 2 salários mínimo.

() 3 a 4 salario mínimos.

() acima de 5 salários.

10 – Com a sua renda você ajuda a família (filhos, noras, netos) financeiramente???

() Sim () Não

Quanto tempo está neste trabalho (emprego): _____

11. Você trabalha naquilo que você gosta. () Sim () Não

11.1 Se não, em qual atividade gostaria de trabalhar:

_____.

12. Você encontra dificuldades (Inserido/ou para inserir) no mercado de trabalho.

() Não encontro dificuldade de inserção ou ser inserido no mercado de trabalho

() Encontro preconceito/discriminação para a contratação do idoso

() Encontro dificuldade na comunicação

() Encontro falta de capacitação profissional para aprender novas habilidades.

() Dificuldade de acompanhar os avanços nas mudanças tecnológicas

() Outras? Quais _____

13. Em sua opinião, quais são os desafios para se manter (permanência) no mercado de trabalho atualmente?

() não tem nenhum desafio para se manter no mercado de trabalho.

() preconceito/discriminação dos colegas de trabalho com idoso.

() Dificuldade de comunicação.

() Falta de qualificação profissional.

() Empresa não acredita na capacidade profissional do idoso.

() Não identificação com a empresa/função.

() Dificuldade da equipe de trabalho em interagir com a pessoa idosa.

() insatisfação com o salário.

() problemas de saúde.

() as dificuldade de acompanhar as mudanças tecnológicas

() Outros. Quais? _____

14. Para o Sr. (a) o que significa trabalho?

15. Para o Sr. (a) o que significa NÃO trabalhar (aposentar)?

16. Em sua opinião, como as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho tem impactado os idosos inseridos no mercado de trabalho???

17. O Sr. (a) possui projetos de vida para além do trabalho?

Lazer.

Cultura .

Família.

Outros. Quais? _____

18 - O Estatuto do Idoso garante legalmente o direito do idoso ao trabalho e mostra a importância de políticas públicas e privadas para fazer ações de sensibilização/profissionalização/admissão no mercado trabalho. Você acha que estas ações estão sendo cumpridas???

Não

Sim. Se sim:

São suficientes as ações promovidas.

São poucas as ações promovidas.

Tem sugestões???
